



CNPq

CONSELHO NACIONAL
DE DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Geografia: Teoria e Realidade

FILOSOFIA E GEOGRAFIA

Armando Corrêa da Silva e outros

CNPq 216

Geografia: Teoria e Realidade

FILOSOFIA E GEOGRAFIA

Armando Corrêa da Silva e outros

AO LEITOR

Realizou-se, em novembro de 1983, no Rio de Janeiro, no auditório denominado "Salão de Vidro" da Pontifícia Universidade Católica, um Seminário sobre FILOSOFIA E GEOGRAFIA, como atividade da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Local, e patrocínio do CNPq.

Este livro apresenta os resultados: comunicações e textos de debate, de três Mesas Redondas, não constando dele as comunicações e intervenções orais realizadas, por motivos técnicos.

Não cabe aqui comentar essa produção teórica. O leitor deve ser quem avaliará da validade e verdade dessa contribuição ao desenvolvimento da Geografia no Brasil.

Os organizadores do Seminário, a saber, Livia de Oliveira, Milton Santos e Armando Corrêa da Silva agradecem a todos os participantes do evento, com os quais contraíram uma dívida de gratidão. Duas menções devem, no entanto, ser feitas. Uma, à Associação dos Geógrafos Brasileiros, na pessoa do geógrafo Luís Carlos Bahiana, e, outra, ao CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico que, novamente, nesta oportunidade, concedeu o auxílio solicitado para a publicação deste livro, que é ora apresentado ao leitor na Coleção GEOGRAFIA: TEORIA E REALIDADE da Editora HUCITEC Ltda.

Este apresentador desta publicação agradece a todos que o auxiliaram antes, durante e após o Seminário. Se este livro puder ajudar àqueles que se dedicam à difícil tarefa de desembaraçar a cultura geográfica de seus atuais percalços o objetivo terá sido atingido.

Pedimos desculpas se a participação dos geógrafos nesta coletânea é limitada. Não obstante, recebemos a participação desinteressada de colegas de várias partes do país e mesmo do Exterior, o que agradecemos.

Armando Corrêa da Silva
P/Comissão Organizadora e
p/Instituições participantes

SUMÁRIO

Parte I - O PROBLEMA DAS CATEGORIAS

1. As categorias como fundamentos do conhecimento geográfico
- Armando Corrêa da Silva
2. Reflexões sobre as categorias em geografia
- Lívia de Oliveira
3. As categorias do materialismo dialético: uma aproximação
- Ariovaldo Umbelino de Oliveira
4. O problema das categorias
- Maria Lúcia Estrada Rodrigues
5. O problema das categorias em geografia: comparações entre três abordagens
- André Roberto Martin

Parte II - EPISTEMOLOGIA E GEOGRAFIA

1. Geografia e discurso crítico
- José William Vesentini
2. A geografia no fim do século XX
- Milton Santos
3. Epistemologia e geografia (versão preliminar)
- Antônio Carlos Robert Moraes
4. Notas para o debate epistemologia e geografia
- Lia Osório Machado
5. Geografia e epistemologia
- Pedro Pinchas Geiger

Parte III - DIALÉTICA E GEOGRAFIA

1. A dialética e a sua introdução na geografia
- Wanderley M. Costa
2. A dimensão territorial da crise: em busca da dinâmica espacial do valor
- Cláudio Antônio G. Egler
3. Debate sobre os textos
- Ana Fani Alessandri Carlos

O PROBLEMA DAS CATEGORIAS

Armando Corrêa da Silva (+)

INTRODUÇÃO

São as Categorias Entes Lógicos ou Ontológicos?

Esta questão é fundamental, porque ela remete às origens do conhecimento.

O movimento da razão se dá como praxis - a produção da teoria - que se relaciona à ontologia - como núcleo mesmo da teoria - que implica na epistemologia - como elaboração da teoria. Desse modo, não existe ontologia que não se dê primeiro como epistemologia e, portanto, como teoria do conhecimento, gnoseologia, lógica e metodologia. Como este conjunto repercute sobre a praxis as categorias são pontos de apoio do conhecimento e da prática, mas produzidas por aquela. No entanto, o seu campo próprio é a ontologia, como o lugar da teoria em si mesma. Então, é preciso não confundir a produção das categorias com a sua existência ontológica, como fundamento da epistemologia. Do mesmo modo, é preciso não confundir sua existência ontológica com o seu manuseio pela epistemologia.

Originalmente, as categorias são formas, modos do ser. Conforme a postura filosófica são entes ideais produzidos pela razão, ou são de terminações da existência. Como entes ideais, produzidos pela razão, podem ser tomadas como entidades lógicas. Como determinações da existência são modalidades ontológicas do ser. A solução da questão, ao nível da teoria, implica na consideração do primado da existência sobre a consciência. Neste caso, as categorias devem ser consideradas entes ontológicos, que é o ponto de vista adotado aqui.

São as Categorias Universais Abstratos ou Concretos?

(+) Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Como o ponto de partida do método é, inicialmente, a abstração, as categorias se põem desde logo como universais abstratos. A abstração decorre de que o momento inicial é a pré-ideação. No projeto, em sua fase primeira, o sujeito lida com singularidades e particularidades concretas que só lhe aparecem na mente como abstrações. É que as categorias ainda não são condensações da multiplicidade.

À medida que o projeto avança as categorias vão se pondo como conceitos abstratos, ainda, mas que já são mediações do concreto. O concreto vai se por no momento em que são realizadas sínteses de singulares e de particulares, no processo do conhecimento. O pensamento vai elevando-se a generalizações da existência, quando os conceitos meam a tornar-se concretos. Isto é uma pré-condição da concreticidade das categorias. As categorias tornam-se entidades concretas no momento em que se chega à síntese fundamental do fenômeno em sua essência, já destituído de suas formas secundárias de ser.

O concreto torna-se representação, mas representação concreta, pensada. Assim acontece com as categorias. Elas se tornam universais concretos, que retêm as singularidades e particularidades. Mas, como tais são o ponto de partida do raciocínio, que se põe como epistemologia.

As categorias são, então, inicialmente, universais abstratos, que se transformam em universais concretos pela praxis.

Os universais concretos contêm a objetividade da existência por que são concreções de particularidades e singularidades concretas. Eles têm a propriedade de apreender o movimento do real em formas, modos de ser do existir. Mas, se são concretos, vão além das aparências da realidade. Apreendem as conexões existentes entre os fenômenos. Essa apreensão é resultado de que as singularidades e particularidades se põem à reflexão através do processo do trabalho.

O processo de trabalho está no centro da transformação das categorias de universais abstratos em universais concretos.

O que são as Categorias Filosóficas?

A Filosofia é o nível do conhecimento mais geral que se pode conceber. É nela, portanto, que as categorias, como determinações da existência, possuem seu grau mais amplo de generalidade. São categorias filosóficas o fenômeno, a essência, a causa, o efeito, a necessidade, a causalidade, a lei, o conteúdo, a forma, a possibilidade, a realidade, o singular, o particular, o universal, o abstrato, o concreto, o histórico, o lógico, entre outras. (Rosental e Straks, 1962).

A categoria filosófica determina o conteúdo dos conceitos que são utilizados por um autor. Por exemplo, para entender o conceito de trabalho em Marx é preciso verificar as categorias que ele utiliza em seus escritos, a saber: contradição, determinação, valor etc. Se se trata de um estudo sobre favelas, então, as categorias podem ser pobreza, miséria, subdesenvolvimento etc. Mas, são abordagens diferentes.

O problema da relação entre as categorias e os conceitos filosóficos não tem tido solução satisfatória. Costuma-se reservar o nome de categorias aos conceitos fundamentais "que refletem os aspectos mais gerais e essenciais da realidade, assim como os nexos e relações entre os objetos." (Rosental e Straks, op.cit.,7).

A colocação é insatisfatória porque define as categorias como o mesmo que conceitos. E não se faz distinção entre a categoria filosófica e o conceito filosófico. Para Aristóteles, por exemplo, a categoria é o predicado de uma proposição. Já em Kant, é o conjunto dos conceitos fundamentais do entendimento.

A solução do problema deve percorrer um caminho concreto-ontológico e não apenas os passos lógicos do conhecimento. (Lukács, 1979, 14).

Retomemos a afirmação anterior segundo a qual a categoria filosófica determina o conteúdo dos conceitos. Se a afirmação é verdadeira, então a categoria é algo que se sobrepõe ao conceito dando-lhe conteúdo e esse conteúdo deve ser concreto. A categoria define os modos do ser enquanto o conceito define a idéia ou conjunto de idéias a respeito de alguma coisa ou fenômeno. O conceito é uma representação do objeto pelo pensamento, por suas características gerais. Ele difere da definição que é a determinação da compreensão de um conceito.

O que são as Categorias Científicas?

A física trabalha com as categorias massa, corpo, luz, energia, átomo etc.; a biologia com vida, espécie, herança, variação, etc; a economia política com custo, produção, acumulação etc.; a estética com belo, cômico, trágico etc. São modos do ser, determinações da existência desses particulares.

Se elas são mais concretas do que as categorias da filosofia isso se deve a que elas reproduzem a existência em nível de menor abstração que aquelas. Mas, esta maior aproximação ao singular não significa que sejam o mesmo que os conceitos a elas referidos e muito menos às definições.

Portanto, a categoria, como um concreto-ontológico sempre deve

dar conta do real, seja como um universal, um particular ou um singular. No caso da ciência ela terá um significado relativo à divisão intelectual do trabalho, que é uma determinação histórica. Por isso a sua dimensão menor em relação às categorias filosóficas e não uma determinação do pensamento lógico.

AS CATEGORIAS EM GEOGRAFIA

O conjunto de categorias de uma ciência está relacionado ao objeto do conhecimento dessa ciência. As categorias fundamentais do conhecimento geográfico são, entre outras, espaço, lugar, área, região, território, habitat, paisagem e população. Elas definem o objeto da Geografia em seu relacionamento. Vejamos cada uma delas.

De todas, a mais geral, e que inclui as outras, é o espaço. Qual a sua gênese?

O primeiro fato geográfico, além de toda a imaginação, é o da produção do espaço do beber, vestir, alimentar-se e habitar. Pode-se dizer que é o habitat a categoria que abrange o conjunto dessas necessidades reais.

O segundo fato geográfico é o da reprodução do habitat, o que significa também a reprodução do beber, do vestir, e do alimentar-se, além de outras necessidades como a da representação dessas coisas na mente e no âmbito da comunicação.

O terceiro fato geográfico é o da difusão do habitat.

Isto marca o início da pré-história humana. (Marx e Engels, 1977, 39/43).

Todos esses fatos são fatos sociais, porque é a população que lhes dá sentido.

O que é a população?

A população "é base e sujeito de todo o ato da produção social". (Marx, 1946, 219). Portanto, da produção do espaço que é desde logo também um ato social.

Mas, a população vive em um território de que tem domínio e posse. O território é, assim, a terceira categoria geográfica. A vida em um território dá origem a paisagens geográficas diferenciadas. A paisagem é, então, a quarta categoria geográfica. "A paisagem, urbana ou rural, é a forma espacial da divisão do trabalho. O espaço, sendo um produto das relações que se estabelecem entre ele e a sociedade, tem portanto, na paisagem o aspecto formal advindo do produto da sociedade num determinado momento da organização. A paisagem atual aparece como mediação entre a paisagem passada e futura, revelando as características históricas de sua formação." (Carlos, 1979, 41).

Só a partir da produção do espaço como paisagem é que se define o lugar como região ou como área. O lugar, como habitat, é uma produção humana. A fixação no lugar define a região como o lugar em que se nasce e ao qual se pertence. Põe-se, então, a necessidade de medida que define a área. São categorias posteriores ao espaço.

Divisão Territorial do Trabalho.

A primeira divisão territorial do trabalho é a separação entre o lugar de moradia e o lugar de trabalho. A ela suceder-se-á a separação entre a cidade e o campo, assim que a sociedade se divide em classes.

Assim, a casa, a oficina e o terreno agro-pecuário se definirão em lugares diversos.

Mas, o que é o lugar?

A categoria lugar tem uma existência remota. Ela denota o espaço como um complexo de relações de localização determinadas. Essas relações são um produto do trabalho como a casa, a oficina e o espaço de produção de alimento.

Convém considerar o lugar natural, ou seja, o lugar suscetível de apropriação na natureza como recurso. Ou seja, a natureza não só é fonte dos recursos, mas ela o é também como espaço a ocupar.

Nesse sentido, o lugar é território, locus de existência do Estado, quer se trate de fronteira de recursos, fronteiras étnicas, fronteiras militares ou fronteiras políticas.

A divisão territorial do trabalho estabelece então a possibilidade de relações entre territórios diversos. Essas relações são relações de cooperação ou de conflito, de conformidade com as relações entre os Estados, incluídas aqui as unidades não dotadas de Estado.

A categoria território é, pois, a primeira concretude do lugar. As relações sociais de produção são, então, relações localizadas no território apropriado à natureza ou de outros por conquista, conforme o demonstra toda a história humana até o presente.

A divisão territorial do trabalho é, por isso, um aspecto da divisão social do trabalho. É a sua expressão espacial mais duradoura.

A categoria região é posterior à categoria território, porque a região é o território já ocupado e no qual se desenvolveu uma organização do espaço que o torna determinação de um modo de vida. É por isso que a região é o lugar no qual se nasce ou ao qual se pertence. Ela tem uma grande força de inércia como lugar já estruturado.

A área é uma categoria cuja existência implica num grande desenvolvimento humano e na presença do Estado, porque ela é o espaço delimitado, o que implica em sua medida. Como as demais categorias ela tem

uma origem muito antiga, desde que surgiu a necessidade de identificar certas parcelas de espaço para diversos fins, definindo seus limites. A área é resultado, então, de uma deliberação humana e se sobrepõe à região e ao território. Convém notar que, nas sociedades divididas em classes, castas ou estamentos pode não haver coincidência entre as fronteiras territoriais, regionais ou areolares. O mais comum, mesmo é a superposição delas, conformando desenhos às vezes altamente complexos.

A Produção dos Modos de Produção.

O que é um modo de produção?

"O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que têm de reproduzir. Não se deve considerar tal modo de produção de um único ponto de vista, a saber: a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, muito mais, de uma determinada forma de atividade dos indivíduos, determinada forma de manifestar sua vida, determinado modo de vida dos mesmos. Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem, como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção." (Marx, Engels, 1977: 27/8).

A categoria fundamental é, então, o trabalho, uma categoria universal concreta. O trabalho é exercido como relação com a natureza e como relação com os outros homens. Ele implica, pois, a existência da consciência e a representação do real.

O modo de produção abrange então a base econômica e suas representações políticas e ideológicas na consciência.

A produção do modo de produção é, então, sua reprodução contínua, ao longo da história. Essa reprodução é também produção e reprodução do espaço, ou seja, como espaço produzido, que repercute sobre sua organização posterior determinando-o.

O espaço, primeira categoria do pensamento geográfico, é então categorialmente concebido como resultado do ato da produção. Mas, há aqui uma peculiaridade: o espaço produzido o é a partir do espaço existente, ou seja, da transformação de espaço anterior. Esse espaço anterior pode ser a própria natureza ou espaço já humanizado retransformado. Por isso, produção do espaço e espaço produzido são dois momentos diversos de uma mesma seqüência: processo e estrutura. O trabalho produz o espaço, a partir do espaço existente anteriormente e o resultado, como espaço produzido, repercute sobre o anterior. Quer dizer, o processo determina a estrutura, que se volta sobre aquele.

Um modo de produção implica, então, em um espaço organizado. Enquanto perdura o modo de produção esse espaço é reproduzido estruturalmente e como tal repercute sobre o processo de sua reprodução. A passagem de um modo de produção a outro toma como ponto de partida o espaço existente já estruturado, assim como as formas de propriedade.

A Apropriação Diversa do Espaço.

É a apropriação do espaço um processo de sua valorização?

A divisão da sociedade em classes implica em formas diversas de apropriação do espaço. Essa apropriação é produção social de espaço para fins produtivos ou improdutivos, ambos necessários. Mas, o espaço é apropriado também em sua diversidade natural e em razão de sua diferente utilização.

O valor do espaço reside, pois, numa dupla existência: como características naturais (fertilidade, por exemplo) e como espaço construído (canais de irrigação, habitações etc.).

Deve-se, então, considerar a dupla diversidade na apropriação do espaço: o espaço como formas de propriedade, um espaço social, e o espaço como atributos físicos da natureza ou resultado do trabalho.

Assim, o social e o físico são outras tantas categorias que determinam o espaço e são dele determinações. Mas, o espaço é também uma dimensão política, como território delimitado pelo Estado. Daí decorre uma outra diversidade, nas divisões de fronteiras internas e externas ao Estado.

Considere-se, no entanto, que em cada modo de produção a apropriação diversa do espaço é diferente. Não obstante, certas formas físicas permanecem mais tempo do que as formas de propriedade. Isto significa que o espaço possui um aspecto de relativa inércia e um aspecto que se transforma continuamente.

A apropriação diversa do espaço é um processo de criação de formas e de conquista de formas já existentes. As formas social e espacial são, então, outras categorias do espaço.

A forma inerte é aquela que não pode por si ser determinação teleológica. Nesse sentido, a natureza cria formas orgânicas e inorgânicas. Mas, ela precisa ser posta em movimento como meio de produção.

A forma é a estrutura revelada. (Santos, 1979: 3). Por isso, a forma é o espaço produzido em seu modo de ser estrutural. Então, o território, a região e a área são formas criadas ou existentes de espaço, mas, que só se revelam ao observador como estruturas.

A apropriação diversa do espaço se dá também como ideologia. É quando os espaços da representação são apenas construções da idéia, que não existem como realidade material.

O Desenvolvimento Desigual.

Os modos de produção têm sua evolução ligada ao desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção existentes. As forças produtivas não têm um desenvolvimento uniforme no espaço. Esse desenvolvimento é desigual. Mas, isso varia com o modo de produção.

No capitalismo o desenvolvimento é necessariamente desigual. No centro, a desigualdade do desenvolvimento está relacionada inicialmente ao livre desenvolvimento da produção mercantil. Num momento seguinte ela se dá através do surgimento dos monopólios. A forma da desigualdade no primeiro momento é dada pelas diferentes localizações e pela diversidade natural do mercado. No segundo momento, o da grande empresa, a desigualdade vai ter sua gênese na exportação de capitais, ou seja, no alargamento dos mercados. É esta a gênese da periferia e que vai dar origem às desigualdades espaciais do presente. (Amim, 1976: 147).

O desenvolvimento desigual do capitalismo relaciona-se a categorias de apreensão da realidade como dependência, subdesenvolvimento, centro, periferia etc.

Os espaços desiguais são, então, ordenados segundo um sistema de fluxos que drena as riquezas da periferia ao centro. A apropriação da natureza e dos espaços humanizados ganha assim um caráter de exploração.

O capitalismo herda as desigualdades do passado e, depois de uniformizado o mercado no centro, distribui as desigualdades na periferia.

Surgem, assim, espaços autônomos, no centro, e espaços dependentes na periferia. São outras tantas categorias geográficas.

O desenvolvimento desigual é, no entanto, mais antigo do que o capitalismo.

Um caso típico é o diferente desenvolvimento da cidade e do campo. A primeira, mais desenvolvida, o segundo, menos desenvolvido. A separação entre a cidade e o campo, sua desigualdade, é um fenômeno que remonta a épocas passadas.

As Categorias da Formação Social Espacial.

A primeira categoria é a própria categoria formação. "Esta catego

ria diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais freqüentemente lhes provém o impulso. A base mesma da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta." (Santos, 1977: 81/2).

A formação contém o espaço como totalidade e unidade. Mas, o faz de modo concreto. Não se trata da totalidade e unidade do modo de produção em geral, mas de suas manifestações.

A compreensão da formação liga-se à compreensão da categoria da particularidade, em sua relação dialética com o universal e o singular. A particularidade refere-se ao desenvolvimento dos modos de produção.

A formação implica na unidade da continuidade e descontinuidade do processo histórico. É, portanto, do espaço.

Concebido como território, o espaço da formação é uma determinação tão forte como outras. "A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem esses pontos, são igualmente elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam a prática social." (Santos, 1977: 92).

Mas, não existe uma formação espacial separada das formações sociais, pois elas são parte de uma mesma realidade dialética.

CONCLUSÃO

Neste trabalho argumentamos com a diferença entre o uso lógico das categorias e seu estatuto ontológico. No primeiro caso a epistemologia resultante remete o discurso à linguagem no caminho pragmático do neopositivismo. No segundo caso a autonomia teórica do discurso fica ressalvada pondo-se o sêr como objeto.

Da consideração geral das categorias passou-se à sua consideração em Geografia como um concreto ontológico.

Fica evidente, então, que as categorias do sêr geográfico, como natureza e sociedade não são postas a priori ou a posteriori, como na divisão epistemológica entre o racionalismo e o empirismo, mas parte-se do espaço e dos homens reais para chegar-se ao objeto.

Resta considerar ainda algumas conclusões.

A Recuperação da Totalidade.

Um dos problemas principais é o da fragmentação do discurso. Na linha de argumentos proposta essa fragmentação desaparece.

No entanto, não é a análise categorial a solução dos impasses em que se encontra a Geografia. Substituir o discurso clássico do concreto sensível pelo discurso do concreto pensado pode apenas corresponder a uma mudança de abordagem que não soluciona a questão. Por exemplo : passa-se do lugar - em sentido restrito - ao espaço - em sentido amplo, numa mudança de escala; ou, passa-se do natural ao social argumentando-se com o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção.

A recuperação da totalidade implica então em uma abordagem em que, nem a natureza nem a sociedade sejam objeto de uma escolha excludente, mas em que a relação sociedade-natureza seja o ponto de partida, como população-espaço. Ultrapassar essa dimensão é fazer ciências da terra (geociências) ou, o que dá no mesmo, fazer sociologia ou economia.

Não se defende aqui o isolamento epistemológico da Geografia. Mas, sim, a delimitação de seu contorno em relação a um objeto que é duplo e que se expressa naquela relação. A partir daqui, nada se deve opor em relação à contribuição de outros discursos.

Totalidade e Futuro.

A totalidade, assim recuperada, desdobra-se na análise das contradições: uma dupla contradição. A contradição na natureza e a contradição na sociedade. Mas, não se trata de buscar no espaço as contradições da sociedade buscando-se fazer o que já foi denominado de espaciologia. O espaço é parte importante da totalidade, mas não a esgota, tendo sido sua análise negligenciada na perspectiva do todo.

Como o espaço tornou-se importante para os modos de produção contemporâneos, sua inclusão na análise global dá por si só uma dimensão do futuro. Mas, não só isso. A espacialidade do presente extrapola as fronteiras do planeta em que vivemos. E a Geografia deve dar conta dessa dimensão, que deve abrir perspectivas à vida humana.

Bibliografia

- Amim, S. (1976) O Desenvolvimento Desigual. Ensaio sobre as Formações Sociais do Capitalismo Periférico, tradução de Francisco Rego Chaves Fernandes, Editora Forense Universitária Ltda., Rio de Janeiro.
- Carlos, A.F.A. (1979) Reflexões sobre o Espaço Geográfico, xerox, São Paulo.
- Lukács, G. (1979) Ontologia do Ser Social. Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx, tradução de Carlos Nelson Coutinho, Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo.

- Marx, K. (1946) Contribuição à Crítica da Economia Política, tradução de Florestan Fernandes, Editora Flama Limitada, São Paulo.
- Marx, K. (e) Engels, F. (1977) A Ideologia Alemã (I-Feuerbach), tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira, Editorial Grijalbo, São Paulo.
- Rosental, M.M. (e) Straşs, G.M. (1962) Categorias del Materialismo Dialéctico, traducción directa del ruso por Adolfo Sanchez Vazquez y Wenceslau Rocés, Editorial Grijalbo, S.A., México, D.F.
- Santos, M. (1977) Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método, tradução de Maria Encarnação Vasquez Beltrão e revisão de Max Henri Boudin, Boletim Paulista de Geografia, nº 54, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo.
- Santos, M. (1979) Estrutura, Processo, Função e Forma como Categorias do Método Geográfico, xerox, Rio de Janeiro.
-

REFLEXÕES SOBRE AS CATEGORIAS EM GEOGRAFIA

Lívia de Oliveira*

Minha preocupação com a natureza da Geografia vem de longa data, desde meu ingresso no magistério secundário. Mas, somente quando iniciei minhas atividades docentes no ensino superior é que me foi possível organizar de maneira sistemática e produtiva estas preocupações. Esta luta com a filosofia, de início de maneira implícita e depois mais explicitamente, procurando explicações para fundamentar a minha ação docente em nível de sala de aula, ainda não acabou e nesta altura, julgo apropriadamente, que não terminará, que não encontrarei uma resposta acabada, mas sim, que sempre estarei organizando e reorganizando minhas idéias, tentando construir e reconstruir minha noção de conhecimento geográfico, enfim procurando continuamente compreender --que é Geografia.

Este seminário de Filosofia e Geografia, com seus propósitos, suas mesas redondas e seus grupos de trabalho, será um referencial nesta busca incessante que tem movimentado os geógrafos e todos aqueles estudiosos interessados em dissecar as entranhas da Geografia.

Quero, aqui, apresentar a minha contribuição, não como um produto final e acabado, porém como reflexões sobre o problema. Quero, também esclarecer, que o meu interesse inicial pela Geografia foi principalmente didático e que a minha necessidade de

* Professora-Titular, Departamento de Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Campus de Rio Claro.

compreender a Geografia sempre foi pautada pela necessidade de transmitir esse conhecimento aos meus alunos. Esta abordagem didática da Geografia orientou, por vários anos, as minhas leituras e pesquisas, na procura das bases para a construção de uma ação didática da Geografia. Os meus subsídios para o problema das categorias em Geografia estão vazados, basicamente, na teoria de Piaget e seus colaboradores. Meu interesse esteve sempre voltado para a criança, o adolescente, o estudante, para aquele que vai construir a noção e o conceito de Geografia. Assim, o caminho por mim percorrido até chegar a este Seminário, passa por indagações, que talvez não coincidam com as dos demais participantes desta Mesa. No entanto, estou certa de que todos nós, aqui presentes, estamos imbuídos dos mesmos anseios, das mesmas dúvidas e firmemente desejosos de encontrar uma solução para a nossa questão comum que é aquela do problema das categorias em Geografia.

O meu pensar sobre as categorias da Geografia conduziu-me à procura de um saber sobre o problema e conseqüentemente levou-me a uma forma de conhecer. Por isso a minha colocação dos pontos do problema das categorias seja muito mais epistemológico do que lógico. Assumirei posições e apresentarei proposições epistemológicas diante do problema, em uma tentativa de aportar uma contribuição.

Primeiramente, tecerei algumas considerações sobre a explicação em ciência, pois explicação é um conceito-chave em epistemologia. Em seguida abordarei o conceito de categoria, enquanto explicação e finalmente, ressaltarei a relevância de uma abordagem genética das categorias em Geografia.

A explicação em ciência, ou pesquisa da razão das coisas, é necessária e atual. A questão da explicação é complexa, pois implica tornar inteligível aquilo que está obscuro, que não está

claro. Explicar é dar conta de alguma coisa, é valorizar sobre um plano de significância. A explicação equivale a uma resposta ao problema central da epistemologia, que é o do valor do conhecimento científico. O conceito de explicação no plano epistemológico corresponde no plano psicológico ao conceito de compreensão. Na prática, esta correspondência se traduz por uma superposição dos conceitos, principalmente em nível de sala de aula, em que os professores ao trabalharem as categorias da Geografia usam conjuntamente o explicar e o compreender como sinônimos.

A explicação, ao procurar conciliar a necessidade intrínseca da realidade com a produção de mudanças ou construção de novidades, caminha cada vez mais, hoje em dia, em direção das estruturas e das categorias, incluindo as classes com suas funções.

A primeira característica marcante de uma estrutura é a sua necessidade intrínseca. Uma estrutura comporta não apenas as leis da composição, mas ainda uma auto-regulagem, que lhe permite conservar as suas propriedades fundamentais sem jamais sair de suas próprias fronteiras.

A segunda característica, também marcante, é ser um instrumento de construção, isto é, constituir-se em um sistema de transformações e não se restringir a permanecer como uma forma estática.

É o sistema de transformações, com suas leis de composição, que engendra as realidades que são novas. As estruturas podem se combinar, mas não se reduzem umas às outras.

As estruturas estáveis correspondem aos paradigmas de Kuhn, adotados pela comunidade científica. Os cientistas têm ansiosamente procurado o paradigma dos paradigmas, ou seja, procurado distinguir o nível da teoria e o nível da experiência. As primeiras tentativas têm sido de teorizar o mundo físico-natural, daí os primeiros paradigmas terem surgido no campo das disciplinas

exatas e possuem um caráter mais dedutivo do que indutivo. Em fins do século dezenove, e mesmo até nossos dias, as disciplinas sociais têm sentido uma fascinação irresistível pelos paradigmas físicos e naturais, sem levar em consideração que o tratamento explicativo de umas e de outras é distinto. A tarefa do pesquisador no domínio do social é incomparavelmente mais difícil que a do físico, ou do biólogo, e mesmo do psicólogo. As ciências físicas e naturais são, virtual e metodologicamente, as mesmas em Genebra e Nairobi, em Calcutá e Manaus, por mais diferentes que sejam as diferenças de desenvolvimento entre as investigações que se processam nestes lugares. Em todos os pontos o que se procura é assegurar o máximo de progresso técnico e científico e de domínio da natureza. O mesmo não se pode afirmar quanto às ciências ditas do homem. As condições econômicas, sociais, culturais, sanitárias, educacionais são diferentes e interferem de maneira contundente no desenvolvimento das investigações científicas e no processo tecnológico. É uma tarefa altamente complexa a teorização do fato humano, e conseqüentemente propor ou elaborar paradigmas.

Acrescenta-se a toda essa complexidade que não se pode separar a estrutura da função, cuja relação constitui o que filosoficamente se denomina gênese e sociologicamente história. Esta explicação opera uma transformação fundamental do conhecimento enquanto estado em conhecimento enquanto processo. A crença de que através do pensamento científico é possível atingir-se um conjunto de verdades definitivas, apesar de incompletas, não é mais aceita simplesmente. Hoje em dia, não se pode mais considerar o conhecimento como absoluto, como um estado, mas sim, como um vir a ser, um processo, como algo que continuamente deve se dissolver de novo na corrente do vir a ser. Este processo se dá

não linear ou circularmente, porém em espiral: é uma retomada constante, mas sempre em outro nível, mais elevado, mais rico de informações e de conquistas, consistindo em um incessante passar de conhecimento menor para um estado mais completo e mais eficaz. E como este vir a ser não é decorrência do acaso, mas constitui um desenvolvimento, é preciso estudá-lo desde os estágios primeiros, denominados de formação.

Esta concepção genética parte da premissa que necessariamente a natureza da epistemologia é interdisciplinar, pois o processo como tal, levanta questões de fato e de validade. Se o problema fosse simplesmente formal, restrito à validade: epistemologia e lógica não se diferenciariam. Por outro lado, se a epistemologia se restringisse apenas aos fatos, ela se confundiria com a psicologia. Assim, para resolver a questão do conhecimento científico é preciso a colaboração: de psicólogos (que estudam o desenvolvimento mental), de lógicos (que formalizam as etapas de equilíbrio deste desenvolvimento), de especialistas da ciência (que se dedicam ao domínio considerado), de matemáticos (que garantem a relação entre a lógica e a especialidade), e ainda, de especialistas em cibernética (que asseguram a ligação entre a psicologia e a lógica). Dentro desta abordagem epistemológica, é a busca dos mecanismos do conhecimento, em sua origem e desenvolvimento, que orientam as investigações e fundamentam as reflexões.

Quanto às categorias é importante lembrar que os dicionários apresentam o termo categoria, de origem grega, como atributo. Em filosofia corresponde a cada uma das classes em que se dividem as idéias. Enquanto em lógica, categoria é quaisquer dos vários conceitos básicos nos quais todo conhecimento pode ser classificado. Para Aristóteles seria cada um dos gêneros, os mais gerais, através dos quais se ordenam os objetos do pensamento, estando

incluídos o espaço e o tempo. Em outras palavras, para Aristóteles categoria era um predicado de uma proposição. Já para Kant, categoria representava um conjunto dos conceitos fundamentais do entendimento.

Do ponto de vista genético, o processo de categorização não é somente a maneira como o indivíduo organiza seu pensamento e sua experiência subjetiva do meio ambiente físico e social, mas também, a maneira como a interação entre os grupos se estrutura, e portanto, modela e diferencia os indivíduos.

O processo de categorização se realiza nos níveis da percepção, do julgamento ou avaliação e da conduta social. Daí, ele se diferencia em: representativo, avaliativo e comportamental, podendo haver semelhanças e diferenças inter-categoriais e intra-categoriais.

As categorias não podem ser entendidas como simples abstrações formais, pois são realidades fortemente enraizadas no pensamento natural. É de vital importância estudar as primeiras categorias na criança. Como se formam as categorias? Como aparecem no pensamento? As categorias seriam simplesmente subjetivas? Como essas categorias são estruturadas mentalmente? Quais seriam suas funções? Enfim, como nasce e se desenvolve o processo de categorização.

É possível se adiantar que o processo mental de categorização deve ser solidário com todo o processo de desenvolvimento mental e orgânico do indivíduo: que é uma construção baseada na equilíbrio entre os fatores internos e externos; que é um contínuo e crescente assimilar/acomodar; que é realizado através de estádios de desenvolvimento, em que os indivíduos rompem os equilíbrios atingidos para alcançar outros mais elevados e mais estáveis; que cada rompimento de equilíbrio corresponde a um conflito

no plano psicológico e a uma crise no plano epistemológico.

A construção de categorias é tanto obra do sujeito epistêmico como do sujeito psicológico e do sujeito lógico. Parte da interiorização da ação do sujeito em esquemas, quer como imagens mentais, quer como operações. Esta interiorização, também sofre a evolução por etapas de desenvolvimento, através do processo de assimilação/acomodação da realidade e à realidade. Realidade esta concebida em termos espaciais (próxima/distante) e em termos temporais (presente, passada e futura).

Ora, se categorizar consiste em antecipar as últimas conseqüências com base nos sinais dos atributos disponíveis, pode-se afirmar que categorizar é a antecipação das conseqüências. Diante desta afirmação se coloca a dupla questão da validade e do valor das categorias, em si mesmas e em determinados contextos. Mediante quais critérios seria estabelecida a validade e determinado o valor da categoria? Pode-se falar em uma linguagem das categorias? Estas e outras questões poderiam ser respondidas através do estudo e análise da gênese da categoria.

Mas que categoria ou sistema de categorias explicam a Geografia?

A Geografia tem sido explicada por conceitos espaciais de: localização, distribuição, hierarquização, organização, interação, movimentação, representação, regionalização. Daí o conhecimento geográfico ser considerado como um conhecimento do espaço, mas a concepção de espaço em Geografia é dinâmica, variada e abrangente. Para o geógrafo o conceito espaço é encarado como categoria, tanto de análise como de síntese. Se se partir desta premissa que o espaço em Geografia é categoria do pensamento geográfico é importante estudar a gênese do espaço: como a criança constrói este espaço.

Esta preocupação genética do espaço em Geografia vem norteando um conjunto de pesquisas que tenho orientado em nível de mestrado e doutorado. Julgo que é preciso desenvolver investigações de como as crianças constroem essas categorias; de quando as categorias se constituem como tal, isto é, quando são conceitos e quando são categorias; de que estruturas e funções mentais a criança necessita para engendrar a noção de espaço em Geografia.

A minha suposição é de que as categorias da Geografia são engendradas pela criança como partes de um todo. Em um primeiro estágio, o processo de categorização estaria centrado egocentricamente na própria criança. As categorias seriam percebidas e representadas como inerentes ao sujeito. A decentração, em um segundo momento, permitiria à criança separá-la do objeto e conceber as categorias como sendo próprias dos objetos. Somente no período operatório lógico (hipotético-dedutivo), já na adolescência, é que seria possível a compreensão da interação sujeito/objeto e por conseguinte a construção das categorias como decorrente dessa relação.

Esta suposição necessita de uma comprovação através de investigação direta com crianças e adolescentes, para se descobrir os mecanismos perceptivos e cognitivos do processo de categorização. Esta seria uma contribuição realmente válida para se estabelecer os fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia.

A finalidade destas reflexões foi a de caracterizar uma situação e colocar um problema. Não teve a pretensão de dar uma resposta. Refletir sobre um problema, tomar consciência dele, já é dar um passo a frente, é talvez caminhar para uma solução.

BIBLIOGRAFIA

- Apostel, L. et alii. L'Explication dans les Sciences. Paris: Flammarion, 1973.
- Bang, Vinh, et alii. L'Épistémologie de L'Espace. Vol. XVIII, Études D'Épistemologie Génétique. Paris: PUF, 1964.
- Bruner, Jerome S. A Study of Thinking. New York: John Wiley and Sons, 1956.
- _____. et alii. Logique et Perception. Vol. VI, Études D'Épistemologie Génétique. Paris: PUF, 1958.
- Bunge, Mario. La Ciencia, su método y su filosofía. Buenos Aires: Ediciones Siglo Veinte, 1973.
- Escobar, Carlos Henrique, et alii. Epistemologia e Teoria da Ciência. Petrópolis: Editora Vozes, 1971.
- Graves, Norman J. Geography in Education. 2nd Edition. London: Heinemann, 1980.
- _____. ed. New UNESCO Source Book for Geography Teaching. Harlow: Longman/The UNESCO Press, 1982.
- Harvey, David. Explanation in Geography. New York: St. Martin Press, 1969.
- _____. A Justiça Social e a Cidade. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- Jammer, Max. Conceptos de Espacio. México: Grijalbo, 1970.
- Jonckheere, Amable; Mandelbrøt, Benoit, et Piaget, Jean. La Lecture de L'Experience. Paris: PUF, 1958.
- Marsden, William E. Evaluating the Geography Curriculum. Edinburgh: Oliver and Boyd, 1976.
- Nagel, Ernest. The Structure of Science, problems in the logic of scientific explanation. New York: Harcourt, Brace and World, 1961.

- Oliveira, Livia. Estudo Metodológico e Cognitivo do Mapa. Série Teses e Monografias, Nº 32. São Paulo: Instituto de Geografia, USP, 1978.
- Piaget, Jean. Introduction à L'Épistémologie Génétique. Paris: PUF, 1974.
- _____. Sabedoria e Ilusões da Filosofia. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969.
- _____. A Situação das Ciências do Homem no Sistema das Ciências. Amadora: Livraria Bertrand, 1970.
- _____. A Epistemologia Genética. Petrópolis: Editora Vozes, 1972.
- _____. Essai de Logique Operatoire. Paris: Dunod, 1972.
- _____. Problemas Gerais da Investigação Interdisciplinar e Mecanismos Comuns. Amadora: Livraria Bertrand, 1973.
- _____. Psicologia e Epistemologia, por uma teoria do conhecimento. Rio de Janeiro: Forense, 1973.
- Santos, Milton. "Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método." Boletim Paulista de Geografia, Nº 54 (junho 1977), 81-99.
- Silva, Armando Corrêa da. O Espaço fora do Lugar. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- Tuan, Yi-Fu. Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.
- Villalobos, Maria da Penha. Didática e Epistemologia. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1969.

Rio Claro, 7 de outubro de 1983


Dra Livia de Oliveira

"As categorias do materialismo dialético: uma aproximação"

Ariovaldo Umbelino de Oliveira*

"Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo diferentemente, cabe transformá-lo". (Marx)

Nossa participação nesta mesa redonda sobre o "Problemas das Categorias", passa necessariamente pela discussão das categorias do materialismo dialético. Este fato deve-se, principalmente, ao fato de que o enveredamento de um conjunto de geógrafos pelo materialismo histórico e dialético, vulgarmente chamado de marxismo, marxistas, dialéticos, etc., abriu entre nós a necessidade desta discussão.

Cabe colocar que, não sei se felizmente ou infelizmente, muitos geógrafos estão lendo Marx, ou pelo menos dizem e escrevem que estão assim procedendo. Entretanto poucos tem-se preocupado com o método através do qual fazem a leitura das obras de Marx. E este fato faz com que um grande número de textos, aulas e discussões sejam feitas na base de jargões do marxismo sem que o caminho através do qual se articulam os conceitos do materialismo histórico seja efetivamente o caminho do materialismo dialético. Acho que aqui todos nós poderíamos dar exemplos de textos que fazem uma leitura positivista da obra de

* Prof. Dr. do Departamento de Geografia - FFLCH-USP

MARX, textos que fazem uma leitura idealista dessa mesma obra e etc..

É pois, nesse processo gerado pela necessidade de se aclarar esta questão que vamos procurar elaborar estas colocações.

Em primeiro lugar gostaríamos de deixar claro a questão do método materialista dialético, ou seja, como se dá a produção do conhecimento:

"É neste quadro geral que se há de situar o conjunto da problemática do conhecimento. A saber, fundamentalmente, no terreno da prática humana em que conflui e se une o pensamento que dirige a ação do homem, e é por esta ação estimulado; e doutro, o mundo exterior dentro do qual e em função do qual o Homem age, ou para se adaptar a esse mundo, ou para sobre ele atuar e transformá-lo segundo suas necessidades e objetivos próprios. Adaptação e transformação estas que vão aliás, sempre de par uma com a outra".

"Em suma, o que se observa - e daí há de partir a análise dos fatos e a interpretação e explicação do processo do conhecimento - é um movimento cíclico do pensamento. Movimento este que, num sentido, vai dos dados oferecidos pela realidade com que a prática põe o indivíduo pensante em comunicação e contato, resultando daí a elaboração do conhecimento anteriormente elaborado. Noutra sentido, o pensamento, na base do conhecimento elaborado ou reelaborado, retorna à prática que o pensamento provoca e dirige - uma vez que a prática não é senão ação racional, isto é, determinada pelo pensamento."

"E colhe (o pensamento), com esta nova prática, nova experiência, novos dados com que se verificará o acerto ou desacerto, e em que medida, do conhecimento já elaborado, que com isto e na continuação do ciclo, se reelaborará e ajustará melhor à-

queles novos dados. //

" Poderemos resumir este ciclo do pensamento, para maior clareza, com o seguinte esquema:



(Caio Prado Jr., 1971:105/6)

Ou seja, é preciso que fique definitivamente claro que a prática é a origem e fim do processo de conhecimento nessa perspectiva.

Assim, não basta que nos envolvamos com a discussão vazia de que é possível pensar uma prática teórica prática. Aliás, Althusser já fez e publicou sua auto-crítica decorrente dos equívocos teóricos que praticou. Muitos são os geógrafos que estão equivocadamente produzindo teoria, mas a partir da própria teoria e se auto-rotulando de marxista e produtor de textos marxistas.

Mas se esta questão entre os marxistas é importante, também importante é a questão da necessidade da acentuação das diferenças que existem entre o materialismo dialético e o idealismo. E mais, ^{é preciso} ~~acentuar~~ as diferenças entre o materialismo dialético e o neo-positivismo, pois este constitui-se em uma das correntes mais difundidas da Filosofia, particularmente porque o seu método é o auto-intitulado de científico, e porque pretende ser a Filosofia das Ciências.

É pela necessidade de se aprofundar esta crítica que também julgamos importante a discussão das categorias no materialismo dialético.

Em segundo lugar lembramos a todos que iniciamos a discus

são dessa questão com a produção de outro texto já divulgado entre nós "Espaço e tempo: compreensão materialista dialética".

Quando escrevemos este texto procuramos demonstrar, porque esta é a tarefa da ciência, que o uso e abuso do termo espaço estava e está criando entre nós geógrafos, a necessidade de se elaborar uma infinidade de "definições" que em grande parte não passam de noções (elementos de discurso ideológico). Este procedimento torna claro que era necessário pensarmos o espaço no materialismo dialético e foi esta nossa intenção com aquele texto.

É pois partindo dessa unidade de contraditória entre o tempo e o espaço, compreendidos como propriedade da matéria em movimento, que devemos pensar o espaço e o tempo como categorias (elemento de discurso filosófico). Mas categorias que não podem ser entendidas sem que compreendamos que ambos são propriedades da matéria em movimento. E aí está um ponto importante.

É preciso pois aclarar mais esta questão do movimento. Pois tudo está em movimento. O movimento é a própria forma de existência da matéria. A matéria só existe em movimento, e é através dele que ela se manifesta, se revela. O movimento é desse modo uma propriedade inalienável da matéria. O movimento é a forma de ser da matéria. O movimento da matéria é absoluto e o repouso relativo.

É por isso que Lenin afirmou que: "não há nada no mundo além da matéria em movimento, e a matéria em movimento não pode mover-se de outro modo a não ser no espaço e no tempo". E é por isso também que a partir da teoria geral da relatividade espaço e tempo não se modificam isoladamente, mas em ligação indissolúvel um com o outro. Esta ligação é tão estreita que eles for

mas um todo inseparável, e o tempo assume como que o papel de uma quarta dimensão, em complemento às três dimensões do espaço.

É pois essa unidade contraditória e indissolúvel da matéria em movimento que devemos entender, lógico do ponto de vista do materialismo dialético o espaço e o tempo. Logo não podemos, evidentemente, partir para a separação de um e de outro, nem mesmo quando afirmam que é para fins analíticos, pois esta posição reflete uma postura filosófica que não é materialista dialética. É muito menos partir para uma concepção subjetiva de espaço, tentando fazer crer que o espaço é produto da percepção, produto pois da cabeça das pessoas, também por esse caminho se estará falando de uma concepção filosófica que não é materialista dialética. É preciso, insistirmos novamente, aprofundar as diferenças entre as diferentes concepções filosóficas. É preciso também, aclarar que muitos geógrafos que se auto-intitulam de marxistas estão utilizando o termo espaço de forma positivista ou idealista.

Assim, estas categorias, matéria, movimento, espaço e tempo, são fundamentais no materialismo dialético. E nesta perspectiva, parte-se do princípio que tudo no mundo se desenvolve, se transforma. E esse processo de desenvolvimento, de transformação é o processo de desaparecimento do velho e de surgimento do novo. Ou seja, o novo sempre substitui o velho.

É nesse processo de desenvolvimento que encontramos as leis. Leis, que antes de tudo tem que ser compreendidas como relação, como uma conexão estável, repetida entre objetos (ou aspectos destes objetos) que se desenvolvem. Lei segundo Engels é a "forma da universalidade na natureza". Lei portanto, é a conexão essencial e necessária, geral e repetida, entre os fenômenos do mundo material.

Entre as leis fundamentais do materialismo dialético encontramos a lei da unidade e da luta dos contrários, a lei da passagem das mudanças quantitativas as mudanças qualitativas, e a lei da negação da negação.

Para Lenin, a lei da unidade e da luta dos contrários é a essência, o núcleo da dialética. Para o materialismo dialético os contrários são os lados, as propriedades, as forças do objeto, que excluem, e, ao mesmo tempo, pressupõem um ao outro. A interconexão, a relação destes lados constitui a unidade dos contrários. Assim, os objetos e fenômenos bifurcam-se em aspectos opostos, são unidade de contrários. Os contrários não coexistem simplesmente, mas se encontram em constante contradição, em luta entre si. A luta dos contrários constitui o conteúdo interno, a fonte do desenvolvimento da realidade. Cabe esclarecer também que existe uma diversidade de contradições, entre elas destacamos as contradições internas e externas, antagônicas e não antagônicas e principais e não-principais.

Outra lei do materialismo dialético é a lei da passagem das mudanças quantitativas a mudanças qualitativas. Esta lei da conta do como, de que modo, ocorre o processo de desenvolvimento e qual é o mecanismo deste processo. É assim que qualidade é tudo o que torna o objeto precisamente um objeto determinado, e não um outro objeto, tudo o que distingue da inumerável quantidade de outros objetos. A qualidade manifesta-se nas propriedades. A propriedade caracteriza a coisa sob um aspecto, enquanto que a qualidade dá uma visão do objeto em conjunto.

Diversamente da qualidade, a quantidade caracteriza o objeto sob o aspecto do grau de desenvolvimento, ou da intensidade das propriedades a ele inerentes, e também de sua grandeza, volume, etc.. Via de regra, a quantidade se expressa em número.

2

A quantidade e a qualidade estão unidas, porquanto representam aspectos do mesmo objeto. Mas entre elas há também importantes diferenças. A mudança da qualidade leva a mudança do objeto, à sua transformação em outro objeto, mas a mudança da quantidade, em determinados limites, não conduz a uma transformação sensível do objeto. Assim, a passagem das mudanças quantitativas a mudanças qualitativas é uma lei do desenvolvimento.

A terceira lei do materialismo dialético é a lei da negação, ^{da negação} que revela a direção geral, a tendência do desenvolvimento do mundo material. A substituição do velho pelo novo, do que perece pelo que surge, é o desenvolvimento, e a superação do velho pelo novo, que surge tendo por base o velho, denomina-se negação. Assim, como consequência da negação, soluciona-se uma ou outra contradição, o velho é destruído e afirma-se o novo. Mas, com o aparecimento do novo o desenvolvimento não cessa. Tudo que é novo não permanece eternamente novo. Ao desenvolver-se prepara as premissas, as condições para o aparecimento do que é ainda mais novo e avançado. Em seguida, estas premissas e condições amadurecem, e surge novamente a negação, esta já é a negação da negação, e daí por diante. Este processo caracteriza o traço principal do desenvolvimento que é o seu caráter progressivo. Cabe esclarecer também que este caráter progressivo do movimento não é retilíneo mas sim espiralado, com uma determinada repetição dos estádios percorridos, com um certo regresso ao passado.

Resumindo esta lei pode-se dizer que o desenvolvimento se realiza por meio da negação do velho pelo novo, do inferior pelo superior. Como o novo, ao negar o velho, conserva e desenvolve seus aspectos positivos, o desenvolvimento adquire um caráter progressivo. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento se dá em

espiral, com a repetição nos estádios superiores de aspectos e traços isolados dos estádios inferiores.

Assim, apresentamos as três leis da dialética, e chegamos agora ao conjunto das categorias filosóficas que formam o materialismo dialético. Para aclarar o que estamos colocando, categorias são elementos que refletem os traços, os aspectos e as propriedades mais gerais da realidade. Elas constituem a sua base, o seu fundamento. As categorias que analisamos até aqui foram, matéria, movimento, espaço, tempo, contradição, quantidade, qualidade, negação, etc..

Entre as demais categorias do materialismo dialético encontramos o singular e o geral. Um objeto ou um fenômeno individual do mundo material constituem o singular ou o particular. Entretanto, qualquer coisa particular, singular, não existe sozinha fora de relações com outros objetos e fenômenos. Do mesmo modo cada objeto, além dos traços individuais, próprios apenas à ele, possui traços comuns com outros objetos.

O geral, constitui aquilo que é inerente a uma quantidade de objetos singulares, particulares. Se os traços individuais distinguem um determinado objeto de outros, o geral como que o aproxima destes outros objetos, relaciona uns com os outros, condiciona a sua participação em uma determinada espécie, em uma determinada classe de objetos homogêneos.

Assim, o geral e o particular encontram-se numa unidade dialética, ou seja, todo particular é de um modo ou de outro, geral. De outro lado, o geral existe apenas no particular, através do particular.

Já as categorias de conteúdo e forma são as que dão, antes de tudo, a idéia do que é um determinado objeto. O conteúdo

do é o conjunto de elementos e processos que formam um determinado objeto ou fenômeno. A forma é a estrutura, a organização do conteúdo, e não é algo externo em relação ao conteúdo, mas intrinsecamente inerente a ele. Conteúdo e forma formam uma unidade dialética, são inseparáveis. Entretanto o conteúdo distingue-se por uma grande atividade. Por força das contradições a eles inerentes, desenvolve-se constantemente, move-se e em seguida, na dependência forma. Portanto, o conteúdo determina a forma. Para aclarar mais esta questão, devemos entender o caráter contraditório desta relação. A forma ao contrário do conteúdo, é mais estável, menos móvel, por isso ela se atrasa em relação ao desenvolvimento do conteúdo, envelhece e entra em contradição com ele. A contradição entre a velha forma e o novo conteúdo é coroada frequentemente com o abandono da velha forma e a sua substituição por uma forma nova que por sua vez abre caminho ao conteúdo para o seu posterior desenvolvimento.

Quanto às demais categorias cabe falar sobre a essência e o fenômeno. O conceito de essência se aproxima do conceito de conteúdo mas não é idêntico a este. Se o conteúdo é o conjunto de todos os elementos e processos que constituem um determinado objeto, a essência é o seu aspecto (ou conjunto de) principal, interno, relativamente estável. A essência determina a natureza do objeto; dela decorreu todos os seus demais aspectos e traços. Já o fenômeno é a expressão externa, direta, da essência, a forma de sua manifestação.

Com relação às demais categorias cabe lembrar causa e efeito, necessidade e causalidade, possibilidade e realidade.

Assim procuramos levantar ainda que sucintamente o conjunto das categorias que formam o materialismo dialético, cabe agora refletirmos sobre o processo de produção do conhecimento

científico na Geografia, pois esta faz dos conceitos o elemento fundamental de seu discurso e é aí que reside a grande questão: É possível o conceito de espaço do ponto de vista do materialismo dialético?

Na nossa opinião isto não é possível, o que afasta a possibilidade da elaboração de uma teoria do espaço. E quem faz esta afirmativa foi Albert Einstein quando do Prefácio do livro de Jammer sobre "o conceito de espaço". Diz ele que em todas suas pesquisas o único conceito de espaço possível que ele havia encontrado, era o de espaço vazio, e que mesmo assim ainda era preciso resolver a questão da poeira cósmica. Esta premissa está pois coerente com o ponto de vista de que o espaço e o tempo são propriedade da matéria em movimento e portanto só podem ser tratados no processo de estudo da matéria em movimento, pois é propriedade e não coisa em si.

Neste particular, há que se avançar a questão da discussão sobre o propalado objeto da Geografia, pois resolver o estatuto científico de uma ciência pela simples definição de seu objeto é no mínimo uma postura positivista.

São Paulo, 24/25 de novembro de 1993

Ariovaldo Umbelino de Oliveira

SEMINÁRIO - FILOSOFIA E GEOGRAFIA

MESA-REDONDA I - O PROBLEMA DAS CATEGORIAS

Mário Luiz de Castro Rodrigues (*)

INTRODUÇÃO

A Geografia, desde a Antiguidade até nossos dias, trabalha com três elementos aparentes: Natureza, Homem; Atividades Econômicas. Não estamos nos importando neste primeiro momento, com a maneira como estes elementos são interpretados, analisados, relacionados, inter-relacionados, comparados. Muitos são estes estudos atualmente e, as "Histórias da Geografia" com perspectivas críticas ou não são extensamente numerosas e amplamente divulgadas.

Quero me colocar, aqui e agora, na perspectiva de aprendiz e mestre, isto é, na qualidade daquele que ensina Geografia no 1º Grau e, ao mesmo tempo pesquisa Geografia; isto significa, na qualidade daquele que, como professor, se utiliza de uma ciência produzida nas Universidades e que, neste ato pedagógico, se coloca numa atitude crítica e parte em busca de explicações ...

Tradicionalmente, o professor é aquele que transmite o conhecimento e que se converte, diante das condições de trabalho que lhe são impostas, num mero repetidor do saber pronto e acabado. A ele não são dados nem direito, nem condições de questionar este produto que lhe é colocado nas mãos através dos manuais didáticos. Neste caso, o dos manuais, esta ciência geográfica passa por um processo de filtragem onde as questões básicas e primeiras da Geografia são convertidas em saber último, definido e definitivo, pronto para ser consumido - pelos mestres e pelos alunos.

Uma interrogação permanece: que ciência é esta que se propõe a interpretar e analisar o mundo, que procura dar conta da terra: solo, sub-solo, formas de solo e sub-solo; homens localizados espacialmente, homens trabalhando e produzindo; produções agrí-

(*) Prof. de UFMG

colas, minerais e industriais, cambiadas sobre a superfície como elementos de abastecimento, troca e consumo, como indicadores para a classificação de países, muito bem delimitados administrativamente e que passam a figurar em listagens de maior produtor disto ou daquilo ... ?

Que ciência é esta que está sendo reavaliada e rediscutida nos "clubes fechados" da produção científica à procura de caminhos que explicitem a complexidade do espaço, nas que não se abre para ouvir e sentir o mundo que participa no processo de produção deste mesmo mundo ?

Que ciência é esta e, que cientistas são estes que, desde as discussões de novos currículos - para cursos de graduação, certamente, até as discussões de "Filosofia e Geografia" (e entre estes dois polos muitas outras questões estão embutidas e, talvez as mais substantivas), abandonam o momento e o ponto de partida de toda a Filosofia que é a própria existência do Homem no mundo, isto é, a relação do homem com o Cosmos ?

No interior desta dicotomia, produtores do saber X transmissores do saber produzido, corre-se o risco de transformar a exposição didática em catequese, o que já se constitui num erro; por outro lado, é maior o risco de se converter o discurso geográfico (tradicional ou novo, descritivo ou analítico, positivista ou radical), em hermetismo. Portanto, o sentido do entrelaçamento das duas dimensões, é o de se dar conta do real onde a exposição didática esteja a serviço da orientação para pesquisas voltadas para uma análise de conjuntura e, também ser um esforço de expressão clara das referências metodológicas. A mutabilidade do real das coisas não se compatibiliza com a imutabilidade conceitual. Na verdade, as referências nunca estão prontas. Elas estão colocadas no processo social, porque, nascem dele e dele são expressão. Ora, o processo social é mutável também porque incorpora elementos de conhecimento nascidos da reflexão. Por isso, a consciência do caráter provisório destas referências

as e do perigo de uma categorização "sub espécie aeternitatis" fazem parte da dialética desta visão de ciência, de trabalho científico e também de mundo.

O HOMEM, O TRABALHO E A NATUREZA

A relação Homem-terra, Homem-Natureza se dá mediante o Trabalho e o resultado desta atividade é a realidade humana.

O Homem, na busca de suas condições de vida precisa se organizar. Na organização social da produção ele depende das forças produtivas existentes e, então, delas se apropria, com elas e através delas produz e consome. Identifica-se, portanto, com a Natureza, com o seu Trabalho e o produto dele. Assim, o Trabalho é, antes de mais nada, um processo no qual participam a Homem e a Natureza. E, neste processo, o ser humano age, movimenta o seu corpo com o propósito de apropriar-se dos recursos da Natureza. Esta ação sobre o mundo externo modifica este mundo ao mesmo tempo em que a própria natureza humana é modificada.

Assim, não há autonomia do mundo exterior em relação ao homem pois, o resultado desta produção só é real porque a relação Homem Natureza se dá mediante o Trabalho. Dito de outra forma, a Natureza é entendida aqui como o momento da práxis: Natureza existe independente da ação humana, entretanto, se tomada em si, separada do homem, não é nada para o homem.

Desta forma, é através do Trabalho que se estabelece a relação Homem-Natureza, através da qual o homem provê as suas necessidades básicas, seus meios de subsistência - alimentação, vestiário, moradia, elementos de defesa, etc. O que vemos é uma relação simples entre dois elementos Natureza e Homem, na qual ambos se transformam reciprocamente: O Homem, via Trabalho, enquanto satisfaz as suas necessidades, modificando-se a si mesmo e a própria naturalidade; por outro lado, a Natureza, objeto de trabalho e fornecedora de meio de vida vê muda também a sua natureza. Ela perde a sua condição de em si

e transforma-se num para outrem, na medida em que é agora um objeto da ação humana e participa, desta forma, numa relação com o homem através do seu trabalho. O que temos, então, como pressuposto, é a existência de indivíduos humanos vivos que se organizam corporalmente e na sua relação com o resto da natureza. Deste ponto de vista, o espaço natural (em si e um lugar de ocorrência) não existe. Da mesma forma e maneira se coloca a questão do homem isolado que é uma abstração. O ser humano (homem) o é (homem) nas relações sociais, que implicam em ações sociais que relacionam o homem com seu modo de vida. Isto implica em trabalho, que implica em produção, que implica em modo de produção. Este processo produz o homem social e, então, o Natural se transforma em Social, e o Homem em Sujeito Histórico.

Assim, o homem se descobre Homem na sua dimensão social; diante do outro eu se nega, mas para se negar ao ver o outro ele se afirma como não outro. Logo, só na relação social é possível precisar o individual. Da mesma forma o homem se reconhece no espaço que não é para si porque sabe que o espaço não é ele (homem); ao entrar em contato com o espaço, o espaço é algo que só o é porque em relação com ele (homem). Ao afirmar o EU-HOMEM eu nego o EU-HOMEM, porque só sou EU com a condição de existir o NÃO-EU. Mas o NÃO-EU (espaço) só se afirma como SÍ-MESMO pela relação e negação com o HOMEM. Assim, ambos, HO-MEM-ESPAÇO só o são, em relação. Todo espaço é, portanto, um espaço humanizado (social).

Considerando que o ponto de partida para se chegar ao concreto são as determinações mais simples, é esta postura que permite chamar o concreto de síntese de múltiplas determinações. Nesse momento, a realidade que está sendo construída é uma realidade que está sendo representada, é a realidade pensada. Somente que, agora, o pensamento está reproduzindo o concreto. Isto nos permite duas coisas:

1. fazer uma crítica a Hegel: este concebe a totalidade como representação abstrata. O concreto é abstraído e fica sendo determinado pelo pensamento. Enfim, o pensamento antecede a realidade em Hegel;
2. o entendimento do que significa o concreto espiritual: o conteúdo do pensamento, isto é, o conteúdo do pensamento é o concreto representado.

Assim, este é o processo, o método do conhecimento. Entretanto, o concreto não se realiza desta forma, isto é, o processo não caminha desta maneira. O ponto de partida deve ser o concreto, o real, e daí parte-se para o concreto do pensamento que são as categorias. E estas, as categorias, nos permitem fazer o retorno ao real para sua explicação. Não são elas que criam o real, o mundo, isto é, o mundo não é o que é determinado pelo pensamento, mas as categorias têm também uma existência histórica. Mesmo as categorias mais simples, se abstraídas do concreto onde elas se expressam, podem resultar numa análise falsa do real.

REPRESENTAÇÃO E CONCEITUAÇÃO

O aspecto fenomênico da coisa é produto natural da práxis cotidiana. Essa práxis cria a representação como forma de movimento e da existência da coisa.

A representação pode ser contraditória com a estrutura da coisa e seu conceito correspondente, conceito esse que é o que proporciona ao homem a compreensão da coisa e do real. Expressa-se em conceitos correntes sem maior rigor teórico.

A representação é um complexo de fenômenos do cotidiano que penetra a consciência dos indivíduos, assumindo um aspecto abstrativo onde essa percepção do imediato está desvinculada do processo real que determina sua produção. O elemento próprio das representações é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo a esconde. Mas essa representação não constitui uma qualidade natural da coisa e da realidade: é a projeção, na consciência do sujeito, de determinadas condições históricas petrificadas.

"O que confere a estes fenômenos o caráter de pseudo-concreticidade e não é sua existência por si mesma, mas a independência com que ela se manifesta" (KOSIK, 1976:11).

Captar o fenômeno na sua essência não é negar o fenômeno, mas destruir sua pretensa independência e ressaltar sua conexão, a unidade com a essência através de oposições e mediações.

O momento da representação de um momento abstrato porque, ainda que realmente inserido nas relações essenciais, pensa a realidade em direção oposta à natureza desta. Isolando o que é dialético, faz-se acompanhar de uma percepção do todo que não é só ingênua, mas também caótica e obscura. Esse isolamento, por sua vez, é produto de condições históricas, e tem por função petrificar essas condições em favor dos interesses dominantes.

O mundo real é um mundo em que as coisas, as relações são vistas como produtos do homem social, e o mundo da pseudo-concreticidade é justamente a visão da existência autônoma dos produtos do homem. É o mundo da pseudo-concreticidade atinge o campo do pensar, na medida em que é o momento em que o pensamento operado no real é aprendido pelo sujeito histórico, de modo falso.

O momento da conceituação inclui a análise e a síntese. Esse é o esforço sistemático que visa captar a coisa em si. A conceituação supera os movimentos falsos da representação, subassume os momentos da revelação, através de uma análise que intencionada pelas relações sociais, capta a essência que não é manifesta e determina de modo real o fenômeno. A análise torna-se, então, método, ao decompor o todo ingenuamente percebido para tentar reproduzir a estrutura da coisa e compreendê-la. Para isso, deve primeiramente destruir a pseudo-concreticidade, como condição do processo pelo qual se defende a lei do fenômeno.

Nesse desenvolvimento, tenta-se captar o movimento da coisa em movimento, o que exige a captação das relações existentes na realidade social dos homens, como uma união dialética entre o sujeito e o objeto. Ou seja, a realidade não é mais naturalizada, mas historicizada, ao vê-la como produto da práxis humana, já que o mundo histórico é o mundo dos processos dessa práxis.

O momento da conceituação supõe um distanciamento da representação. Esse distanciamento, ao possibilitar a análise, possibilita também a elaboração de uma síntese em que o todo é agora percebido de modo a compreender suas relações mais significativas. Essas relações significativas se estabelecem como meios mais abrangentes de compreender o processo da realidade em seu dinamismo. Compreender esse processo implica um ato de apropriação, pelos sujeitos humanos, do determinante estrutural. Tal ato de apropriação torna-se possível através desses meios abrangentes que são as categorias. Isto significa que elas por si só não põem ordem nos fenômenos, mas a perspectiva mais ordenada e abrangente que dão ao real, permite aos sujeitos humanos que delas se apossam uma forma de atuação mais objetiva.

Elas são, pois, relações existentes no movimento da coisa, relações essenciais, de caráter objetivo, cuja compreensão possibilita o desvendamento dos fenômenos na sua própria realidade. As categorias, existindo como forma de relação entre fenômenos, expressam a estrutura das relações existentes entre os mesmos. Mas essa expressão não seria possível sem a capacidade que o homem tem de captar os fenômenos e suas relações e de produzir conceituações. "Desta maneira, a dialética, que primitivamente é a legalidade da realidade em si, passa a ser secundariamente, e como expressão subjetiva da primeira, por via da compreensão adquirida pela ciência da lógica, a legalidade do mundo das idéias. Se desconhecemos esta relação de origem, de precedência, cairemos na inversão idealista" (VIEIRA PINTO, 1969:67).

As categorias como expressão conceitual tentam dar conta de uma certa realidade da forma mais abrangente possível. Essa expressão não é neutra. Ela mesmo como expressão já se revela comprometida com uma determinada visão de mundo. Por isso, nem todas as categorias são igualmente valorizadas em todas as teorias. Ao contrário, numa perspectiva formal, a contradição, por não ser visualizada na realidade objetiva, não é também visualizada no pensamento, senão sob forma de inverdade ou acidente. Essa perspectiva acentuará o princípio de não-contradição, por não reconhecer em suas categorias, o movimento, o dinamismo e a transformação, cuja essência é a contradição.

A dialética como processo e movimento de reflexão do próprio real não visa apenas conhecer a interpretar o real, mas a transformá-lo no interior da história da luta de classes. Por isso, a reflexão adquire sentido quando ela é um momento da práxis social humana.

AS CATEGORIAS

As CATEGORIAS são conceitos básicos que pretendem refletir os aspectos gerais e essenciais do real, suas conexões e relações. Elas surgem da análise da multiplicidade dos fenômenos e pretendem um alto grau de generalidade.

Desde logo observa-se que as categorias devem corresponder às condições concretas de cada tempo e lugar. Elas não são algo definido de uma vez por todas. A proposição dessas categorias não possui um fim em si mesma. Elas ganham sentido enquanto instrumento de compreensão de uma realidade social concreta, compreensão esta que, por sua vez, só ganha sentido quando as sumida pelos grupos e agentes que participam de um processo. As categorias possuem simultaneamente a função de intérpretes do real e a função de indicadores de uma estratégia política: Portanto, a exposição formal que se segue só tem sentido enquanto instrumento metodológico de análise, ligado à prática do geógrafo, no contexto de um tempo e um lugar determinados. As categorias, assim, só adquirem real consistência quando são elaboradas a partir de um contexto. Contexto quer dizer contexto econômico-social e político, historicamente determinada, pois a realidade não é uma petrificação de modelos ou um congelamento de movimentos. Pelo contrário, síntese de múltiplas determinações, como diz Marx (Contribuição à Crítica da Economia Política, pag 218), está em constante movimento e expansão. Por isso, é importante considerar o contexto, porque é ele que dá possibilidade de que as categorias não se isolem em estruturas conceituais puras, mas se mesquem de realidade e movimento. Por exemplo, ao se falar em espaço sob o capitalismo e nas categorias que o regem, há de se pensar em termos de capitalismos, pois o movimento do capital não é igual em todos os lugares. Há

formas e formas pelas quais o capital se apropria de excedente econômico. E é na interação desta ou daquela forma com o espaço que a categoria revela seu papel de momento esclarecedor da própria diversidade histórica de uma sociedade e as possibilidades de sua mudança, o que não pode ser ignorado pelo geógrafo. Nesse sentido se compreende a expressão de Gramsci: "Daí ser possível dizer que a personalidade histórica de um filósofo individual é também dada pela relação ativa entre ele e o ambiente cultural que ele quer modificar, ambiente que reage sobre o filósofo e - obrigando-o a uma permanente auto-crítica - funciona como "professor". Compreende-se assim porque uma das maiores reivindicações das modernas camadas intelectuais no campo político seja a da chamada "liberdade de pensamento e de expressão do pensamento (imprensa e associação)", já que só onde existe esta condição política se realiza a relação de professor-discípulo no sentido mais geral, acima mencionado; e, na realidade, só assim surge "historicamente" um novo tipo de filósofo, que se pode chamar de "filósofo democrático", isto é, um filósofo consciente de que a sua personalidade não se limita a sua individualidade física, mas é uma relação social ativa de modificação do ambiente cultural. Quando o "pensador" se contenta com o próprio pensamento, "subjetivamente" livre (isto é, abstratamente livre), é hoje motivo de troça. A unidade entre ciência e vida é uma unidade ativa, somente nela se realizando a liberdade de pensamento (grifo meu); ela é uma relação mestre-aluno, uma relação entre o filósofo e o ambiente no qual se atua e de onde se extraem os problemas necessários para colocar e resolver: isto é, é a relação filosofia-história". (GRAMSCI - *Concepção Dialética da História*, pag 37-8). As categorias não são formas puras que para todo o sempre dão conta de toda e qualquer realidade. Elas são, ao mesmo tempo, relativas ao real e ao pensamento, ou melhor, a todo o movimento no real e ao pensamento. Daí o fato de tanto pertencerem ao campo do conhecimento, quanto indicarem os aspectos objetivos do fenômeno. As categorias, pois, só se dão, como tais, no movimento e a partir de um movimento.

Considerã-las isoladamente, as categorias tornam-se abstratas. Presentes em todo fenômeno, isolã-las do movimento significa tornã-las objetos de contemplação e negã-las como um ponto nodal que tente expressar, pelo movimento do pensamento, o movimento do real.

Ora, se a realidade do movimento é dialética e dinâmica, a representação desse movimento deve ser dinâmica, para não petrificar no campo da representação, daquilo que é dinâmico no real. Mas as contradições podem não transparecer no real e no pensar, pois a capacidade reflexiva do homem, aliada às situações histórico-objetivas de uma época pode transformar a capacidade da dissimulação e ocultação de uma realidade. Tal realidade se expressará na petrificação conceitual e na exclusão do movimento como categoria implícita nas representações.

A exclusão do movimento contraditório falsifica a conceituação do objeto, já que a contradição que habita o objeto e o define como tal é posta de lado. No caso, o conceito se torna uma identidade permanente e o movimento é acidente de uma essência imutável. Quando a conceituação inclui o movimento real e o incorpora à sua representação ela, de um lado, abstrai justificadamente alguns traços da concretude da coisa e, de outro, inclui os momentos de identidade e de oposição. Ora, ao incluir o movimento dinâmico das coisas nas suas contradições imanentes e assim procurar expressã-la na conceituação, não só refletirá o real, buscando reproduzi-lo, mas procurará estar aberta aos dados que se vão revelando, para incorporã-los numa síntese sempre inacabada. Se a realidade está em movimento e se a expressão do movimento procura captar o real em sua totalidade, nenhuma conceituação poderá encerrar (seja contendo, seja terminando) toda a riqueza do concreto.

A conceituação, dessa maneira, ultrapassa o real (real-factual) me diante a teoria que inclui o movimento contraditório das coisas. Mas se ultrapassa o real, por outro lado, aponta para o concreto nas múltiplas determinações que o sintetizam, e orienta-o para sua transformação. Neste sentido de não-terminar é que a conceituação indica um real ainda-não real, um real futuro, cujas bases assentam no presente.

CONCLUSÃO

O que julgamos fundamental numa análise dialética é, portanto a noção de totalidade, a partir da concepção da realidade, não como soma de muitas partes, mas como síntese de múltiplas determinações.

A noção de totalidade não exclui nem a noção de fenômeno (forma de se revelar o objeto - aparência), nem a noção de essência (as determinações não reveladas, mas que constituem o objeto), nem a de sujeito. São que, aqui, sujeito não significa autor do conhecimento, nem doador de forma ou estrutura ao objeto; mas significa instantes na relação das determinações que permitem a uma parte do objeto ser conhecida como objeto para o sujeito que o conhece.

Isto significa que o objeto só o é enquanto em relação com o conhecimento. A "natureza em si" é uma coisa não natureza. A sua definição como natureza já resulta de sua dissolução como coisa e sua absonção, sua apropriação pelo ato do conhecimento. Logo, o mundo físico, a natureza, o mundo social, resultam sempre da ação situada do homem. São sempre, portanto, humanizados.

Vejamos, então, o caso da Geografia. Nas fronteiras da divisão intelectual do conhecimento, é a ciência do espaço. Não cabe falar em espaço humanizado ou não porque o espaço é uma totalidade onde se inscreve a totalidade das determinações do humano. O espaço só é objeto do conhecimento no momento em que nele se operam as condições de vida, o modo de vida humano. Logo, ele é sempre humano. A Geografia compete conhecer as relações que ocorrem nesse espaço e com ele se deixa apropriar e se transformar nas relações em que o próprio homem se transforma.

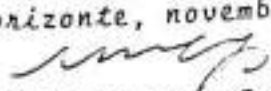
Nesse sentido, o espaço é também sempre História.

BIBLIOGRAFIA

- BALIBAR, Étienne, Cinco Estudos do Materialismo Histórico. Lisboa, Editorial Presença, s/d, v.1 e 2, trad. de Elia Amaro Bacelar.
- CHAUI, Marilena, O que é Ideologia. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- CURY, Carlos Roberto Jamil, Educação e Contradição. Elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. Tese de Doutorado, PUC, São Paulo, 1979 (mimeografiado).
- GORZ, André et alii, Divisão Social do Trabalho e Modo de Produção Capitalista, Portugal, Publicações Escorpião, 1978.
- GRAMSCI, Antonio; Concepção Dialética da História, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, Trad. de Carlos Nelson Coutinho.
- HOSTK, Carel, Dialética do Concreto, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969, trad. de Célia Neves e Alderico Toribio.
- LEFEBVRE, Henry, "A Reprodução das Relações de Produção", Cadernos O Homem e a Sociedade, Porto, Publicações Escorpião, 1973, trad. de Antonio Ribeiro e M. Amarel.
- LOWY, Michael, Método Dialético e Teoria Política, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, trad. de Reginaldo Di Piero.
- MARX; Karl, A Origem do Capital. A Acumulação Primitiva, São Paulo, Editora Global, 1979, trad. de Walter S. Maia.

- _____, O Capital, Rio de Janeiro, Editora Civilização, s/d, 6 volumes, trad. de Reginaldo Sant'Anna.
- _____, O Capital, Livro I, Capítulo VI (inédito), São Paulo, Editora Ciências Humanas, Ltda., 1978, trad. de Eduardo Sucupira Filho.
- _____, e Engels, A Ideologia Alemã I, Portugal, Editorial Presença, s/d., trad. de Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira.
- _____, Contribuição à Crítica da Economia Política, São Paulo; Martins Fontes, 1977, trad. de Maria Helena Barreiro Alves.
- POULANTZAS, Nicos, Poder Político e Classes Sociais, São Paulo, Martins Fontes, 1977, trad. de Francisco Silva.
- QUAINI, Massimo, Marxismo e Geografia. Rio, Paz e Terra, 1979, trad. de Líliliana Langanã Fernandes.
- RODRIGUES, Maria Lúcia Estrada, Produção do Espaço e Expansão Industrial, São Paulo, Loyola, 1983.
- SWE EZY, Paul M., Capitalismo Moderno, Rio, Graal Editores, 1977, trad. de José Fernandes Dias.
- _____, Teoria do Desenvolvimento Capitalista, Princípios da Economia Política Marxista, Rio, Zahar, 4^a ed., 1976, trad. de Waltensir Dutra.
- VEIRA PINTO, Álvaro, Ciência e Existência. Rio, Paz e Terra, 1969.

Belo Horizonte, novembro de 1983


 Maria Lúcia Estrada Rodrigues
 Escola de 1º Grau do Centro Pedagógico da UFMG

O PROBLEMA DAS CATEGORIAS EM GEOGRAFIA: COMPARAÇÕES ENTRE TRÊS
ABORDAGENS

André Roberto Martin

Introdução

Inicialmente, gostaria de esclarecer que minha participação neste Seminário na qualidade de debatedor colocou-me um problema duplo: de um lado a própria complexidade do tema em discussão, especialmente para quem não possui uma formação específica em Filosofia; de outro lado, a dificuldade talvez técnica em reconhecer a função da figura do "debatedor" num seminário dessa natureza, onde a abrangência e ao mesmo tempo a divergência de enfoques tende a confundir nossa intervenção com mais uma "exposição".

De qualquer modo, tenho grande satisfação em poder participar de uma reflexão coletiva de geógrafos sobre questões filosóficas e teórico-metodológicas, pois parece-me que a procura de um discurso teórico coerente para a Geografia se faz necessário, sobretudo se atentarmos para o fato de que temos vivenciado um divórcio crescente entre Geografia e Filosofia, desde o exato momento em que aquela ia se individualizando como um "saber específico". É curioso notar que embora Estrabão tenha afirmado que a Geografia é um trabalho de filósofos, e Kant tenha reunido em si as duas especialidades, ao menos desde Humboldt a relação com a Filosofia esvaneceu, e as complexas questões teóricas que envolvem por exemplo a relação sociedade-espço, foram "resolvidas" simplesmente como se fossem um "falso problema". O "fazer Geografia" substituiu o "pensar a Geografia", e o empirismo tomou conta de nossa disciplina de modo avassalador. Assim, creio que pela própria natureza da pesquisa científica -qualquer que ela seja- certos problemas são incontornáveis, e especialmente para a Geografia, dado o caráter nebuloso de seu objeto, um contato com a Filosofia é fundamental.

Tivemos oportunidade de ler os artigos da profa. Livia de Oliveira e do prof. Armando Corrêa da Silva e apenas ouvir a exposição do prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, de tal modo que minhas observações quanto a esta última intervenção serão forçosamente mais superficiais. Isto não impediu porém a tentativa de estabelecer algumas comparações, mas devo admitir, o principal dos meus esforços estarão concentrados no sentido de reagrupar algumas questões e sugerir alguns encaminhamentos, cotejando sobretudo os dois textos mencionados.

Diferenças de abordagens

Limitando-me primeiramente à comparação entre os discursos da profa. Lívia e do prof. Armando, parece-me que o que há de mais saliente entre ambos é a divergência de objetivos, pois enquanto a primeira pretende investigar o processo de categorização enquanto etapas do processo de apreensão do real pelo indivíduo, o segundo busca "descobrir" quais as categorias que poderiam fundamentar a Geografia como uma ciência. Desse modo enquanto a profa. Lívia se ocupa mais do "ensino", o prof. Armando parece mais inclinado à "pesquisa". Portanto uma dificuldade inicial reside na própria diferença de pontos de partida: o indivíduo, e a sociedade.

Todavia, este não nos parece ser o plano mais problemático para uma comparação, pois aqui não se trata de contradição entre abordagens, mas apenas planos teóricos distintos e contudo complementares. O problema na verdade vai se tornando mais complexo à medida em que nos aproximamos dos pressupostos dos autores, pois aí as diferenças de linguagem deixam de ser um problema técnico para assumirem mais exatamente uma dimensão teórica e metodológica. Notamos assim que neste plano as diferenças metodológicas são de fundo pois contrapõem de um lado a epistemologia genética de Piaget e de outro a ontologia do ser social de Lukács. O estabelecimento das mediações torna-se muito complexo e escapa à minha capacidade. Por isso apenas tentarei recolocar alguns problemas.

Nesse sentido, desde logo notamos que a pergunta "o que são categorias", que está subjacente a ambos os textos não é respondida de modo uniforme. Enquanto para o prof. Armando tratam-se de "pontos de apoio do conhecimento e da prática" (pg.1) e portanto "formas de ser, determinações da existência" captadas pelo pensamento; para a profa. Lívia ao contrário são "realidades fortemente enraizadas no pensamento" (pg.6), e embora assinale que não se tratam de "abstrações formais" conclui que o processo de categorização é um contínuo "assimilar/acomodar", de tal modo que o processo de categorização parece corresponder a um processo puramente lógico (hipotético-dedutivo) e não histórico. Por outro lado, notamos uma distância pronunciada também no uso do conceito "gênese", de grande importância para ambos. Mas enquanto para o prof. Armando a "gênese" é concebida num plano ontológico, isto é, o da origem e desenvolvimento das categorias enquanto tais; para a profa. Lívia trata-se da evolução bio-psíquica do sujeito conhecedor, isto é, a "gênese" dá-se num plano epistemológico evolutivo das etapas do conhecimento das categorias.

Para finalizar gostaria de salientar as diferenças nas propostas de encaminhamento. Assim, enquanto para a profa. Lívia a fragmentação do conhecimento deveria ser solucionada no plano da interdisciplinaridade, articulando-se a Lógica com a Psicologia principalmente, para o prof. Armando a questão é antes de tudo metodológica, o que implicaria na relação ciência-filosofia, e para o caso particular da Geografia, a relação espaço-população. Neste ponto a intervenção do prof. Ariovaldo difere das anteriores, pois ao assinalar que a prática é a origem e o fim do processo de conhecimento, parece indicar a superação da fragmentação a partir da teoria do conhecimento.

Reagrupando problemas

Evidentemente esta apreciação muito superficial não pretende "traduzir" as intervenções ou analisá-las exaustivamente. Apenas, numa tentativa de síntese pareceu-nos mais adequado à função do "debatedor" recolocar algumas questões, sobretudo as que apontaram divergências, bem como solicitar alguns esclarecimentos. Nesse sentido, pareceu-nos insuficiente a argumentação sobre a natureza do espaço. Afinal o espaço é uma categoria ou um conceito? Embora o prof. Armando afirme que o espaço é a primeira e mais geral categoria da Geografia, a profa. Lívia argumenta que em Geografia o conceito espaço é encarado como categoria, e o prof. Ariovaldo que espaço, tempo, matéria e movimento são categorias fundamentais do materialismo dialético. Ora, lembrando uma colocação de Hegel segundo a qual o movimento é a passagem de tempo a espaço e vice-versa, e a matéria é a identidade de espaço e tempo em repouso; fica-nos a dúvida se aqui não estaríamos confundindo categoria com objeto. Nesse caso perguntaríamos: seria o espaço um objeto sem ciência ou a Geografia uma ciência sem objeto? Eis uma questão que gostaria de ver desenvolvida pelos tres expositores.

Para terminar, dado que o prof. Armando avança no sentido de identificar as categorias estruturantes da Geografia, perguntaríamos especificamente a ele se categorias tais como área, região, território, etc. seriam determinações imanentes ao espaço ou ao contrário, manifestações contingentes do desenvolvimento do ser social?

EPISTEMOLOGIA E GEOGRAFIA

JOSÉ WILLIAM VESENTINI

"Chamo amador em filosofia àquele que aceita sem mais os termos usuais de um problema... O verdadeiro filósofo consiste em criar a forma de por o problema e em criar a solução... Não há uma pergunta que resida em nós e uma resposta que esteja nas coisas, um ser exterior a descobrir e uma consciência observadora: a solução está também em nós, e o próprio ser é problemático. Há algo da natureza da interrogação que se transfere para a resposta." (M. MERLEAU-PONTY). (1).

"O que é, pois, interrogar? Em um sentido é fazer o enterro do seu saber. Em um outro sentido, aprender graças a esse enterro. Ou ainda: renunciar à idéia de que haveria nas coisas mesmas... um sentido inteiramente positivo ou uma determinação em si prometida ao conhecimento, como se isso que analisamos não se tivesse já formado sob o efeito de um deciframento do sentido, em resposta a um questionamento da história, da sociedade... como se o "objeto" não devesse nada a nossa própria interrogação, ao movimento do pensamento que nos faz ir até ele e às condições sociais e históricas nas quais se exerce." (C. LEFORT) (2).

"Geografia e Epistemologia" foi o tema que nos foi proposto para interrogação e debates nesta mesa-redonda. É um tema que, sendo negligenciado pela geografia moderna, surge com intensidade nas obras que criticam essa formação discursiva e propõem novas alternativas para sua reconstrução. Mas os termos usuais com que essa questão é colocada parecem insuficientes. Mesmo aqueles que criticam a dominação, a sociedade de classes e o papel ideológico da geografia, com frequência colocam a problemática do conhecimento e da prática teórica nos termos da Razão analítica, ou, em outras palavras, na forma usual de se entender a epistemologia. Citemos apenas dois exemplos. Lacoste afirma que: "O futuro da geografia é constituir-se verdadeiramente como ciência, de sorte que possa fornecer os meios para uma melhor compreensão do mundo e para uma ação mais eficaz sobre ele. O problema ideológico parece estar no cerne do problema epistemológico da geografia." (3). E Quaini, apesar de (ou provavelmente devido mesmo a isso) demonstrar uma fé soteriológica nos escritos do marxismo clássico, os lê a partir de categorias oriundas do entendimento (4), que lhe permitem afirmações como: "...podemos contra-objetar que na crítica de Marx à economia política está contida não somente a crítica da "geografia" (e quase um século antes dos modernos críticos da geografia descritiva), mas principalmente alguns elementos essenciais daquela "nova" e mais rigorosa instrumentalização lógica de que se sente necessidade para fundamentar uma ciência do território que não seja nem caótica erudição nem saber apologético." (5).

Isto é: a questão epistemológica parece resumir-se aos fundamentos lógicos e metodológicos do saber, ao estudo crítico de seus métodos, e à denúncia da ideologia. É como se existissem "verdadeiras" ciências - que se estruturam ^{verdadeiras} uma "melhor compreensão do mundo para se agir sobre ele", com uma "rigorosa instrumentalização lógica" -, e as "falsas" ciências, impregnadas de ideologia, servas do poder.

Nessa perspectiva, o problema fundamental da geografia seria o de estruturar-se como uma "verdadeira" ciência. Ou conhecer uma "revolução" ou uma "ruptura" epistemológica, como foi dito alhures. É verdade que concede-se a não neutralidade do cientista, o estar enraizado na história e na sociedade, mas não se abre mão da "verdadeira" ou "rigorosa" ciência como o oposto da ideologia, da mistificação. Subjaz a essa percepção um hipostasiamiento do conhecimento científico, visto como "explicação objetiva dos fatos", sendo que o problema - nunca a questão (6) - epistemológico essencial residiria na adequatio, na adequação entre teoria e realidade, sendo a exterioridade entre os dois pólos resolvida mediante a instrumentalização do real pelo conhecimento.

Pensamos que é possível - e necessário - ir-se mais longe que isso, que a construção de uma geografia crítica ou radical não deve se limitar à reformulação dos cânones do saber segundo um ideal de "ciência verdadeira" (e esta, em muitos casos, é identificada com o marxismo, numa evidente "leitura positivista" deste); que da epistemologia temos que passar para o discurso crítico, que a própria ciência deve ser alvo de questões, e não apenas como conhecimento, mas como prática, como trabalho científico. Ou, nas palavras de um representante da Teoria Crítica da sociedade: "A dialética adota na discussão uma postura intransigente porque acredita continuar pensando além do ponto onde seus opositores se detém, ou seja, frente à não questionada autoridade do empreendimento científico" (7).

Não há espaço aqui e agora para se proceder a uma análise das categorias dos diversos autores que criticam a geografia moderna e oferecem, mesmo que implicitamente, alternativas para a reconstrução do discurso geográfico. Ficaremos limitados, pois, a indicar alguns procedimentos usuais nesses autores, procurando contrapor às suas proposições epistemológicas outras que, e no nosso ver, não se detém na autoridade do saber científico, institucionalizado na sociedade moderna como o conhecimento por excelência. Um certo nível de generalização será então inevitável: seremos forçados a colocar num mesmo lado, o da Razão analítica, autores com diferenças significativas; mas o importante será a natureza de algumas concordâncias, com a ressalva porém que elas desempenham papéis divergentes no interior de cada discurso. E, do lado da Razão dialética, ou do discurso crítico, incluiremos citações de autores com certas aporias entre si; mas existe neles a semelhança essencial de ultrapassarem (embora, em muitos casos, conservando) a abordagem epistemológica do saber.

Num sentido amplo, podemos dizer que aquilo que define o positivismo não é tanto o querer tornar como modelo para todas as ciências aquela da física, considerada como o saber mais acabado. O seu caráter mais atual reside talvez na ênfase que dá ao método. Ele substituiu a questão kantiana de "o que posso saber?" para o "como posso saber", procedimento esse que pressupõe uma dicotomia entre Sujeito e Objeto (que se resolve pelo privilegiamento do Objeto, no caso do empirismo, ou do Sujeito cognoscente, como no racionalismo moderno). E o "como posso saber", adequação da teoria à realidade via método, envolve uma posição pragmática: o conhecimento verdadeiro (uma verdade

de relativa, feita com sucessivas aproximações frente ao real externo e incognoscível) é aquele que instrumentaliza seu objeto, ^{lyric} permite sua dominação. O saber fica assim indissociavelmente ligado ao poder: "A racionalidade científica, ao construir a objetividade, realiza a operação chamada determinação completa, pela qual uma realidade é convertida em objeto de conhecimento. Algo é conhecido objetivamente quando é possível dominá-lo inteiramente pelas operações do entendimento. A noção de objetividade está vinculada, portanto, à idéia de poder: conhecer é exercer um poder... A racionalidade tomada, então, à luz do ideal da objetividade desemboca na noção de lei do objeto, que, por estar referida ao objeto morto, permite cálculo, previsão, manipulação." (8). A Razão embutida no discurso científico moderno é a instrumental, herdeira do pragmatismo e subjetiva por subordinar os fins aos meios: "Na concepção subjetivista, onde o termo razão é utilizado para designar uma coisa ou um pensamento e não um ato, ele se refere exclusivamente à relação de tal objeto ou conceito com um propósito e não com o próprio objeto ou conceito. Isso significa que a coisa ou pensamento serve para algo. Não existe um propósito racional como tal, e discutir a superioridade de um objetivo sobre outro em termos de razão torna-se sem sentido... tal discussão é possível apenas se ambos os propósitos servem a um terceiro mais alto, isto é, se eles são meios e não fins." (9). A ênfase positivista no método tem seu auge na abordagem epistemológica: "O positivismo assinala o fim da teoria do conhecimento. Em seu lugar instala-se uma teoria das ciências. A questão lógico-transcendental acerca das condições do conhecimento possível visava, simultaneamente, à explicação do sentido inerente ao conhecimento enquanto tal. O positivismo amputa esse questionamento; para ele tal pergunta ficou sem sentido através do fato das ciências modernas. Conhecimento define-se, implicitamente, pelas realizações da ciência." (10).

"A ciência manipula as coisas e renuncia a habitá-las" (11). Essa frase resume a principal crítica da dialética ao saber científico, herdeiro da tradição iniciada por Descartes de separar consciência e mundo, o coqito (espírito que realiza a inteligência) e a res, o objeto externo. E, mesmo admitindo às vezes que há relações entre sujeito e objeto, esse saber pratica um sobrevoo em relação à realidade, à imagem de um espírito cognoscente que dá voltas sobre a coisa, que a representa idealmente (o "reflexo" pensado do real) por modelos teóricos, que se refinam constantemente pela sua aplicabilidade. (12). Um exemplo meridiano disso é a noção de hipótese, que parece ser de fato adequada para a compreensão do mundo físico, mas que transplantada para o ser social e histórico estereliza a dialética, desconhece que a pergunta também está na coisa e a resposta em parte já está em nós, já que o objeto também é sujeito e o investigador é parte indissociável do real estudado. "Leis sociais são incomensuráveis para o conceito de hipótese", afirma Adorno (13), complementando ainda que "O não ser a dialética um método independente de seu objeto impede sua apresentação como um para-si, tal como a permite o sistema dedutivo. Não obedeça ao critério de definição, crítico-o" (14).

Se, por um lado, o positivismo e o cientificismo tendem a eleger como

o único saber verdadeiro sobre o social aquele contrado no método, nas regras lógicas e metodológicas que garantam um conhecimento feito por hipóteses, modelos e teorias que tendem a ser experimentadas no Planejamento, por outro lado, existe um idealismo de inspiração hegeliana que incorre no erro oposto: trata-se da tentativa de elaborar uma "dialética da natureza", como se a dialética fosse um "método" vazio de conteúdo a ser "aplicado" a qualquer objeto que lhe surja no caminho. A esse respeito já escreveu Merleau-Ponty: "Ora, é bem verdade que Engels retomou a idéia aventureira de Hegel de que há uma dialética da natureza. Contudo, além de ser a idéia mais frágil da herança hegeliana, como a dialética da natureza sobreviveria ao idealismo? Se a natureza é a natureza, ou seja, exterior a si própria e a nós, não pode oferecer as relações nem a qualidade necessárias para carregar uma dialética. Se a natureza é dialética, é porque se trata da natureza percebida pelo homem e inseparável à ação humana." (15). Isto é, a natureza é dialética apenas quando se tratar da segunda natureza, daquela construída pelos homens em suas relações sociais; mas a natureza externa ou primeira não pode ser dialética, pois isso seria levar um atributo do homem até um ser que tem sua lógica própria de existir. Em boa parte, o engano decorre da percepção da dialética como um "método", como se fosse apenas uma lógica mas não uma ontologia. Mas de fato ela é inseparável do ser ao qual se aplica, e esse ser é basicamente o mundo regido pelo movimento do Capital: "Em O Capital o esforço de Marx tende, justamente, a mostrar que as famosas leis da economia clássica, freqüentemente apresentadas como traços permanentes de uma "natureza social", na realidade são atributos (e máscaras) de uma certa "estrutura social" - o capitalismo... Uma economia política marxista só pode falar em leis no interior de estruturas qualitativamente distintas que devem ser descritas em termos de história. A priori, o cientificismo surge como uma concepção conservadora, pois nos leva a tomar aquilo que é momentâneo como se fosse eterno." De fato, na história do marxismo, o fetichismo da ciência apareceu sempre do lado, em que a consciência revolucionária estava prostrada" (16). De outra parte, esse engano decorre da forma usual de se entender certos termos, como "materialismo", "mundo material" ou "prática", que possuíam em meados do séc. XIX um significado preciso na Europa Ocidental, bastante diverso do que expressam usualmente em nossos dias. Por exemplo, seria um absurdo alguém pretender ler a fenomenologia do Espírito, de Hegel, embuido do significado comum que o termo "espírito" possui hoje (algo próximo ao espiritismo, nos parece). E o mesmo absurdo ocorre quando se entende por "materialismo" em Marx o significado vulgar que esse termo denota hoje (algo ligado à "matéria", entendida como tudo que existe e ocupa um lugar no espaço): daí se imagina que toda "matéria" teria sua dialética! Nada mais distante do significado original de "materialismo dialético", pois ele foi forjado num contexto de luta contra a religião e o hegelianismo de esquerda, isto é, contra a afirmação do transcendental (Deus ou logos, o espírito) na lógica dos acontecimentos, numa afirmação da praxis, das relações sociais. "Apesar de suas frases pomposas, que "revolucionam o mundo", os ideólogos da escola jovem-hegeliana são os maiores conservadores... Nenhum destes filósofos se lem.

trou de perguntar qual seria a relação entre a filosofia alemã e a realidade alemã, a relação entre a sua crítica e seu próprio meio material. ... Pode-se referir a consciência, a religião e tudo o que se quiser como distinção entre os homens e os animais; porém, esta distinção só começa a existir quando os homens iniciam a produção dos seus meios de vida, passo em frente que é consequência da sua organização corporal. Ao produzirem os seus meios de existência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material" (17). Observe-se, portanto, nesse trecho citado, como o termo "material" está distante do significado usual de nossos dias, ligando-se mais à praxis dos homens entre si e com a natureza; a dialética é materialista então porque é a explicitação da dialética do trabalho, das relações sociais historicamente determinadas.

Mas, ao substituir a questão do conhecimento pelo problema do método científico, a "Razão asseptizada" do positivismo, indiferente aos fins humanos e proclamando-se neutra em relação a todo interesse existencial (mas sempre travestindo de "opções técnicas" aos interesses sociais) (18), revela-se como astúcia a serviço da dominação. De fato, a institucionalização do conhecimento científico pela sociedade moderna, sua organização e burocratização nos sistemas de ensino e órgãos de pesquisa ou planejamento, colocam-no como um discurso e uma prática de hierarquia, de exercício do poder dissimulado sob a forma de divisão técnica do trabalho. Ele tende a impedir a autonomia dos indivíduos e das associações, sua auto-organização: há sempre uma autoridade ou um especialista que detém a suposta "competência" para tratar desse ou daquele assunto. O homem contemporâneo relaciona-se com o mundo sempre com a mediação da ciência institucional: a saúde deve passar pelo discurso do médico, o sexo pelo da sexologia, a alimentação pela dietética, o espaço urbano pelos arquitetos e urbanistas, a gestão das empresas e da economia nacional pelos administradores e economistas, as "relações ideais" de trabalho pelos psicólogos, o "lazer sócio-educativo" pelos sociólogos e técnicos em recreação, e assim por diante. Ou, em outras palavras: "Estamos de volta ao Discurso do Método, porém não mais como projeto de dominação da natureza (pois, de há muito, a sociedade burguesa já se encarregou dessa tarefa) e sim como exigência de interiorizar regras que nos assegurem de que somos competentes para viver. ... O que é o discurso competente enquanto discurso do conhecimento? Sabemos que é o discurso do especialista, proferido de um ponto determinado da hierarquia organizacional. Sabemos também que haverá tantos discursos competentes quanto lugares hierárquicos autorizados a falar e transmitir ordens aos degraus inferiores e aos demais pontos da hierarquia que lhe forem paritérios. Sabemos também que é um discurso que não se inspira em idéias e valores, mas na suposta realidade dos fatos... Enfim, também sabemos que se trata de um discurso instituído ou da ciência institucionalizada e não de um saber instituinte e inaugural..."(19).

Voltando ao nosso ponto de partida, podemos então afirmar que é vão pretender construir uma "verdadeira" (ou ideal) ciência geográfica sem se perguntar qual é a relação entre o trabalho científico e a sociedade onde ele se dá (seu meio material, diria Marx), e a busca dessas relações no decorrer des-

tr texto, mesmo que sumária, pretendou deixar claro que o conhecimento científico não apenas não é neutro nem isento de ideologias, como tornou-se ele próprio a forma mais eficaz e moderna de ideologia (afirmativa essa que não desconhece o elemento de verdade que reside na ciência moderna). E, além de desempenhar um papel social na obstacularização da autonomia dos indivíduos pela sua parcelarização e uso como discurso competente, as ciências - assim como as técnicas - constituem parte integrante das forças produtivas capitalistas, com todas as conseqüências disso: "Subordinadas e integradas ao processo de produção, solicitadas por ele, elas trazem, enquanto forças produtivas, o selo das relações capitalistas de produção. ...trazem o marce da idéia que a burguesia faz de sua função e dos fins que lhes atribui, ou que, pela mediação do sistema no qual elas se encontram, ela lhes "sugere" ou proíbe. Um dado sistema tende a só colocar os problemas que podem ser resolvidos no âmbito desse sistema... Em resumo, uma parte apreciável das forças produtivas instauradas pelo modo capitalista de produção e, mais particularmente, uma parte apreciável dos conhecimentos, das competências e da pesquisa científica e técnica só são "produtivas" e funcionais em relação às orientações e prioridades particulares do crescimento monopolista. Boa parte desse pessoal científico e técnico e boa parte dessas pesquisas seriam de fraca ou nula utilidade numa sociedade em que a tarefa prioritária fosse a de satisfazer as necessidades sociais..."(20).

Além da questão já colocada, na qual incorrem boa parte dos que constróem atualmente uma geografia crítica ou radical - de hipostasiar o conhecimento e o método científicos -, existe ainda uma outra (normalmente complementar à primeira) que consiste em encarar o marxismo, em especial as suas diversas "leituras" oriundas do leninismo, como uma tábua de salvação para o discurso geográfico. Até parece que a maior parte desses geógrafos ainda não percebeu que o marxismo também vive sua "crise"(21), esfacelado em mil correntes (cada uma reivindicando para si o "verdadeiro" Marx) e posto em xeque pela história, pelo resultado social das "revoluções" que se fizeram em seu nome. Uma leitura ou releitura crítica da obra de Marx e de inúmeros marxistas é de fato indispensável para a construção de qualquer discurso crítico hoje, mas o mesmo também é válido para outros autores não-marxistas tais como Foucault, Kropotkin, Lefort ou Bakunin, que em alguns aspectos foram mais longe que o marxismo na análise do poder, da dominação e mesmo na denúncia do conhecimento científico. Mas essa leitura ou releitura deve, antes de mais nada, evitar encarar uma obra como um sistema fechado, isto é, como ciência na acepção positivista: "é conveniente, para ver as coisas mais claramente, distinguir, desde o início, o pensamento de Marx do marxismo. O pensamento de Marx é uma tentativa (algumas vezes plenamente realizada, outras malograda) de pensar a sociedade de seu tempo (o capitalismo ocidental) e a história que a originou... O marxismo pós-marxiano, além de tornar-se uma ideologia dominante do movimento operário, transformou-se no principal inimigo do movimento operário, constituindo-se como a forma mais arrogante daquilo que o séc. XIX produziu de mais bobo: o cientificismo."(22). Mas essa forma cientificista de encarar uma obra revolucionária, tornando-a estéril, é a mais cômoda

o mais adequada para quem está inscrito confortavelmente na divisão capitalista do trabalho intelectual, já que: "Não se trata mais de transformar o mundo, ao invés de interpretá-lo. Trata-se de promover a única interpretação verdadeira do mundo, que assegura que ele deve e vai ser transformado no sentido que a teoria deduz. Não se trata mais da praxis, mas exatamente da prática no sentido corrente do termo, o sentido industrial ou político vulgar... O velho monstro de uma filosofia racionalista-materialista reaparece e se impõe, proclamando que tudo o que é é "matéria" e que esta matéria é inteiramente "racional" porque regida pelas "leis da dialética", que, aliás, já possuímos... No horizonte de um sistema assim fechado... conduz fatalmente a uma política racionalista-burocrática. ... A ação política torna-se uma ação técnica, as diferenças que a separam da outra técnica não são de princípio, mas de grau (lacunas do saber, incertezas de informação, etc.). Inversamente, a prática e a dominação das camadas burocráticas que invocam o marxismo, encontram nele o melhor "complemento solene de justificação", a melhor cobertura ideológica." (23).

Enfim, todas essas questões por nós levantadas - e pedimos que sejam de fato vistas como questões abertas à interrogação e não como denúncia -, conduzem à constatação de que a tarefa de reconstrução do discurso geográfico envolvem dificuldades maiores que as que usualmente se imagine. Não se trata de querer encontrar em Marx os elementos essenciais da "nova e rigorosa instrumentalização lógica" que fundamentariam uma "verdadeira ciência do território"; e nem se trata apenas de saber se Marx ignora ou não o espaço (caso entendamos esse termo numa perspectiva corológica, de diferenciações regionais, como o faz Lacoste seguindo uma tradição que vem de Kant e Humboldt, a resposta seria sim; mas caso o entendamos numa perspectiva "ecológica", de relações homem/natureza, como o faz Quaini seguindo uma tradição que vem de Hegel e Ritter, a resposta seria não); e nem se trata também de encontrar as "verdadeiras" categorias da dialética e do marxismo para "aplicá-las" no estudo do espaço geográfico. A tarefa envolve um posicionamento do geógrafo na sua realidade social e histórica, com um posicionamento frente ao conhecimento científico e a divisão entre o trabalho manual e intelectual. E envolve ainda a percepção de que não há um "espaço geográfico" pronto e à espera de que alguém o "decifre", o explique; o próprio objeto é sempre problemático e em parte é construído pela relação investigador/realidade. Ou, nas palavras de Lefort, o objeto deve algo à nossa própria interrogação, ao movimento do pensamento que nos faz ir até ele e às condições sociais e históricas nas quais se exerce.

E, para finalizar (sem concluir), uma pergunta irônica: O geógrafo crítico ou radical - esse novo ator que pretende entrar em cena no papel até então representado pelo geógrafo tradicional - é o artífice de um discurso necessário à luta contra a hegemonia do Capital ou um aspirante a um posto de melhor status na hierarquia burocrática do trabalho acadêmico e do planejamento ?

Comunicação apresentada durante o conjunto de mesas-redondas e seminários sob o título geral de "Geografia e Filosofia". Rio de Janeiro, 25/26/27 de novembro, 1983.

NOTAS:

- (1) Maurice Merleau-Ponty - Eloquio da Filosofia, Lisboa, Guimarães ed., 1979, 2ª edição, p.22. Ressalte-se aqui que a atitude chamada por esse autor de filosófica, de abrir-se para a indeterminação e recusar a dicotomia sujeito/objeto, de não supor o objeto já definido a priori e externo ao sujeito mas sim algo que se constrói e se movimenta nessa relação, não nos parece um atributo monopolizado pelo filósofo profissional, mas uma forma de reflexão também utilizável pelo cientista. O geógrafo pode e deve ter essa atitude filosófica com relação à sua disciplina, especialmente neste momento de "crise" do discurso geográfico tradicional, e necessidade de reformulação em seus conceitos, categorias e temas.
- (2) Claude Lefort - As Formas da História, S.Paulo, Brasiliense, 1979, p.15.
- (3) Yves Lacoste - "A Geografia", in F.Châtelet - A Filosofia das Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Zahar, 1974, p.273. Esse autor, contudo, em obra posterior (A geografia serve antes de mais para fazer a guerra, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1977), já torna mais complexa sua posição, oscilando entre o enaltecimento do saber científico - a necessidade de um cor-te epistemológico, de nítida inspiração althusseriana (além da distinção entre objeto real e objeto de conhecimento) -, e a ênfase mais no papel social do saber científico, suas relações com o poder - que conota sua leitura e diálogo com M.Foucault.
- (4) O entendimento é a forma de conhecimento classificatória, que elabora conceitos (a partir do mundo empírico) e opera com antinomias (e não com contradições), dentro da lógica da identidade. O entendimento visa a um ideal de objetividade centrado nas regras lógicas e metodológicas que garantam a identidade do conhecimento com o ser, com a manipulação deste por aquele. O objeto torna-se aí morto, isto é, determinado pelas operações do intelecto e objeto de previsões, intervenções; portanto, sem um movimento próprio (o ser "sujeito"), mas com um comportamento tido como produto das "leis" ou princípios teóricos. Além disso, ele é delimitado por princípio, definido de antemão para se garantir o rigor e a objetividade do ato de conhecer. Ou, nas palavras de um estudioso entre as diferenças da dialética com os discursos do entendimento: "...a dialética aparece, em primeiro lugar, como o discurso que "suprime" o ato de fundar (entendendo por "fundar" o movimento de uma fundação primeira). De fato, ... a fundação - esta máquina de guerra da filosofia clássica - esta operação que, segundo o ideal cartesiano, deveria assegurar ao discurso um máximo de rigor e de clareza, se revela como conduzindo, na realidade, ao resultado contrário, longe de ser uma garantia do rigor do discurso, a fundação o "dissolve" enquanto discurso rigoroso. ... Só os discursos cujos fundamentos primeiros são de algum modo obscuros (isto é, afetados de "negação") são discursos efetivamente claros, em sentido dialético".
(Rui Fausto - MARX - Lógica & Política, S.Paulo, Brasiliense, 1983, p.34-35). Exemplificando, podemos afirmar que o objeto "homem" é e não é central n' O Capital: na realidade ele não surge no decorrer da obra, a não

ter sob a forma de atributos historicamente determinados (tais como o cidadão grego ou romano, o escravo ou o servo, o proletário ou o capitalista), e esses atributos são de fato negações do homem enquanto tal, enquanto sujeito "homem"; mas esses atributos serão por sua vez negados com o surgimento do homem (na sociedade onde ele tornar-se possível, ^(como) sujeito sem atributos que lhe neguem a natureza plena). Nesse sentido (uma interpretação que surge de forma mais complexa em R. Fausto, op.cit.), o itinerário do Capital, ao criar condições que tornam possível o aparecimento desse sujeito que é todavia negado (e que permanece "obscuro", indefinido, na obra), pode ser visto como uma fenomenologia do homem.

(5) Massimo Quaini - Marxismo e Geografia, R. de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p.14. Em obra posterior (A Construção da Geografia Humana, Paz e Terra, 1983), esse autor fornece mais alguns exemplos de como algumas de suas reflexões são norteadas pelo entendimento (em que pese a argúcia de suas interpretações). Por exemplo: "Veremos mais adiante como Claval procurará sair destes pontos de estrangulamento, apelando ao conceito de epistême de Foucault, mas desde já podemos pôr em relevo o limite de uma abordagem que não partiu da definição do próprio objeto. Qualquer que seja o objeto da história - instituição, nação ou disciplina científica - é necessário defini-lo ou delimitá-lo para seguir seu desenvolvimento, escreveu R. Aron..." (p.35). Ao "cobrar" a fundação primeira do objeto em estudo por Claval - o pensamento geográfico -, Quaini toma por fraqueza o grande mérito desse autor: o não definir a priori essa disciplina, mas aceitar uma certa indeterminação, um "em se fazendo" pouco aceitável pela lógica da não-contradição. Mas com isso não estamos afirmando que Claval é um dialeto, o que nem ele admite (assume-se como weberiano, com influências de Foucault), mas sim realçando sua intuição brilhante nesse ponto específico focalizado, ao inverso de Quaini, que apelou até para Aron (já que "frases desse tipo ele dificilmente encontraria em Marx, mesmo que tiradas do contexto) para reprochar seu opositor.

(6) O problema não é uma questão, já que admite apenas antinomias mas não contradições. "O problema é desordem e obstáculo sanáveis pelo conhecimento, que é pura atividade solucionadora de acidentes na relação entre saber e fato. Os fatos nunca são contraditórios e a contradição se reduz a uma dificuldade subjetiva... É preciso passar da noção empírica de problema à noção crítica de questão". (Marilena Chauí - "Exame das teses de Popper sobre a lógica das ciências sociais", S. Paulo, CEDEC, 1976, mimeo., p.9). O problema resolve-se, portanto, no interior da lógica formal, da adequação teoria/fatos; a questão transcende o entendimento, não aceita a exterioridade do fato frente ao saber, interroga suas próprias condições de origem.

(7) Theodor W. Adorno - "Introducción", in ADORN E OUTROS - La Disputa Del Positivismo en la Sociologia Alemana, Barcelona, Grijalbo, 1973, p.80. Trata-se de uma polémica ocorrida na Alemanha de 1961 a 68, envolvendo duas correntes distintas de pensamento em sua forma de analisar a ciência: a Teoria Crítica ou Escola de Frankfurt (pela qual participaram Adorno e Habermas),

e o Racionalismo Crítico ou positivismo (num sentido amplo), que tem em Karl R. Popper seu representante mais eminente (mas que contou com defensores como H. Albert e H. Pilot). Num certo sentido, foi uma disputa acadêmica entre a Razão analítica e a dialética, ou entre a epistemologia e a Crítica da Ciência. O termo "crítica", comum a ambas escolas (já que "positivismo" não é aceito por Popper, embora empregado por Adorno), não deve gerar quiproquós: no caso do Racionalismo, ele tem uma inspiração kantiana e é desprovido de conteúdo ontológico, resolvendo-se nos limites da Razão; e no caso da Teoria Crítica, o termo tem uma inspiração hegel-marxista e, sendo uma crítica dialética, não é apenas lógica mas também ontológica, envolvendo as próprias condições sociais e históricas que tornaram possível aquilo que é criticado.

(8) Marilena Chauí - Cultura e Democracia, S. Paulo, Ed. Moderna, 1981, p.35.

(9) Max Horkheimer - Crítica de la razón instrumental, Buenos Aires, SUR, 1973, p.17-18.

(10) Jürgen Habermas - Conhecimento e Interesse, R. de Janeiro, Zahar, 1982, p.89.

(11) M. Merleau-Ponty - "O olho e o espírito", in Textos Seleccionados, Col. Os Pensadores, Abril Cultural, S. Paulo, 1980, p.85.

(12) Um dos melhores exemplos dessa abordagem encontra-se em K. R. Popper - El Desarrollo del Conocimiento Científico, B. Aires, Paidós, 1967, especialmente p.43-79. O modelo ideal nessa sofisticação da teoria do ensaio-e-erro, que opera por hipóteses dedutivas e sua experimentação (e o critério de verdade científica é sempre a "prática", entendida como testabilidade ou falseabilidade da teoria), é o das ciências naturais, notadamente a física contemporânea. Uma adaptação disso para as ciências humanas encontra-se em K. R. Popper - "La lógica de la ciencias sociales", in ADORNO E OUTROS - La disputa del positivismo..., op.cit., p.101-119.

(13) "Introducción", in La disputa..., op.cit., p.54.

(14) idem, p.19.

(15) Textos Escolhidos, Col. Os Pensadores - M. Merleau-Ponty, p.72. Também um conhecido filósofo brasileiro, ao fazer uma resenha do livro de Engels, observou que: "Se a ciência do séc. XIX ainda permitia pensar numa relação entre corpos, o que abria as portas para os idealistas alemães tomarem a relação de Terra ao Sol como um diálogo entre pessoas, a física do nosso século vem destruir essas esperanças. Para a Teoria da Relatividade o que importa não são os corpos mas o campo gravitacional onde eles se definem. Essa dessubstancialização dos corpos elimina qualquer possibilidade de uma dialética dos "objetos" físicos, tais como são pensados pela ciência moderna." (José Arthur Giannotti - "A dialética como teoria do movimento", in Opinião de 16/02/1977).

(16) M. Merleau-Ponty - "Marxismo e Filosofia", in Textos Escolhidos, cit., p.71.

(17) K. Marx e F. Engels - A Ideologia Alemã, Lisboa, Ed. Presença, vol.1, p.17-19.

(18) A título de ilustração, citaremos mais um exemplo de como a supervalorização do método científico, nos moldes do positivismo moderno, conduz a leitores cientificistas do marxismo a uma percepção de ciência que não questio-

na a divisão trabalho manual o intelectual. Tratam-se de algumas afirmativas de David Harvey (A justiça social e a cidade, S.Paulo, HUCITEC, 1980), que não são marginais à sua obra mas envolvem o cerne mesmo de sua percepção teórica: "Qualquer tentativa de criar uma teoria interdisciplinar a respeito de um fenômeno como o urbanismo tem por força que valor-se do método estruturalista operacional que Marx pratica e que Ollman e Piaget descreveram. Em outras palavras, e essa conclusão será rejeitada por muitos, o único método capaz de unir disciplinas, de tal modo que possam lidar com assuntos como urbanização..."(p.260-261). Ou ainda: "...os modelos e teorias particulares não são em si mesmos do status que revolucionários ou contra-revolucionários. As teorias e modelos somente assumem uma ou outra dessas posições quando entram na prática social..."(p.166). Subjaz a essa percepção instrumental da relação teoria/realidade um significado de "prática" (onde as teorias afinal tem seu "teste") diverso do de praxis inter-humana em condições historicamente dadas, e sim mais próximo do pragmatismo, do planejamento (mesmo que "revolucionário"). Para evitar malentendidos, uma ressalva se faz necessária: ao fazermos essas breves observações críticas em relação a Harvey, Lacoste ou Quaini, não estamos negando a importância de cada um como leitura obrigatória para aqueles interessados em construir uma geografia crítica ou radical, mas apenas mostrando como os imbróglis, as dúvidas e as insuficiências, não são somente nossas (dos "periféricos").

(19) Marilena Chauí - Cultura e Democracia, op.cit, p.11-13. Essa distinção entre conhecimento instituído (a ciência como sistema teórico determinado, centrado em modelos já prontos) e saber instituinte (a ciência como atividade que se abre ao indeterminado, que é revolucionária por questionar todo modelo acabado, tal como o exemplo de Marx - mas não do marxismo -, e de Freud - mas não do freudismo...), é fundamental para o discurso crítico: "A transformação da atividade teórica em sistema teórico que se pretende fechado é a volta ao sentido mais profundo da cultura dominante. É a alienação no que já existe, no já criado; é a negação do conteúdo mais profundo do projeto revolucionário, a eliminação da atividade real dos homens como fonte última de toda significação... Uma teoria concluída pretende dar respostas ao que só pode ser resolvido, se é que pode, pela praxis histórica."(Cornelius Castoriadis - A instituição imaginária da sociedade, R.de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p.84-85).

(20) André Gorz - "Técnica, técnicos e luta de classes", in A.Gorz e outros - Crítica da divisão do trabalho, S.Paulo, Martins Fontes, 1980, p.222-223.

(21) Conferir em M.Merleau-Ponty - Las aventuras de la dialectica, B.Aires, La Pléyade, 1974. Também em Rui Fausto- Marx + Lógica & Política, op.cit., que aliás representa uma tentativa de começar uma retomada (e crítica) de dialética clássica de Hegel e Marx. Cf. igualmente J.Habermas - Para a Reconstrução do Materialismo Histórico, S.Paulo, Brasiliense, 1983.

(22) P.Clastres - Arqueologia da violência, S.P., Brasiliense, 1982, p.165.

(23) C.Castoriadis - A instituição imaginária..., op.cit., p.82-83.

x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x
x-y-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x

A Geografia no fim do século XX: a redescoberta e o ~~resum~~^{remodelagem}
~~dição~~ do planeta e os novos papéis de uma disciplina ameaçada

Milton Santos

I - A REDESCOBERTA E A ~~REFUNDAÇÃO~~^{remodelagem} DO PLANETA NO PERÍODO
 TÉCNICO-CIENTÍFICO E OS NOVOS PAPÉIS DAS CIÊNCIAS

- 1 - Da internacionalização à globalização
- 2 - Um período técnico-científico
- 3 - Mundialização perversa e perversão das ciências
- 4 - As possibilidades entreabertas às ciências do homem

II - A RENOVAÇÃO DE UMA DISCIPLINA AMEAÇADA

- 5 - Uma disciplina ameaçada
- 6 - À procura de um objeto: o espaço
- 7 - Importância atual do espaço
- 8 - A caminho de uma geografia global
- 9 - Globalização e empiricização das categorias
- 10 - Por uma geografia renovada

Junho de 1983

A Geografia no fim do século XX: a redescoberta e a ^{remodelagem} ~~refundição~~ do planeta e os novos papéis de uma disciplina ameaçada

Entre os múltiplos aspectos do período atual, é essencial reconhecer as relações entre as condições da realização histórica e a nova revolução científica. Essa revolução histórica e científica atribui às ciências do homem e da sociedade um lugar ^{ainda mais} ~~de outro modo~~ privilegiado no conjunto dos conhecimentos. Num mundo assim reestruturado, um papel particular deve incumbir à ciência geográfica -- a ciência do espaço do homem -- e devemos interrogar-nos sobre os problemas que, nesta ótica, se abrem à sua realização, diante do conflito entre tudo o que acarretam os novos conteúdos prometidos à atualização da disciplina e suas atuais estruturas. Pode-se pensar que a inércia ^{se impará} ~~terá razão~~ do movimento, impedindo-lhe o desenvolvimento, ou se deve acreditar que uma Geografia renovada poderá ^{se} afirmar?

REMODELAGEM

I - A REDESCOBERTA E A ~~REFUNDIÇÃO~~ DO PLANETA NO PERÍODO TÉCNICO-CIENTÍFICO E OS NOVOS PAPÉIS DAS CIÊNCIAS

1 - Da internacionalização à globalização

Não sem razão K. Polanyi falou de ^{uma} "Grande Transformação" para saudar as profundas mudanças impostas à nossa civilização desde o início do século (1). Que dizer, então, da verdadeira subversão que o mundo conheceu a partir do final da Segunda Guerra Mundial, quando, por intermédio da globalização, uma fase inteiramente nova da história humana teve início?

Decerto, o que estamos vivendo agora foi longamente preparado, e o processo de internacionalização não data de hoje. O projeto de mundializar as relações econômicas, sociais e políticas começa com a ex

tensão das fronteiras do comércio no princípio do século XVI, avanço por saltos através dos séculos de expansão capitalista para finalmente ganhar corpo no momento em que uma nova revolução científica e técnica se impõe e em que as formas de vida no planeta sofrem uma repentina transformação: as relações do homem com a natureza passam por uma reviravolta, graças aos formidáveis meios colocados à disposição do primeiro. Houve mudanças qualitativas surpreendentes, e mais notável das quais foi a possibilidade de tudo conhecer e tudo utilizar em escala planetária, desde então convertida no quadro das relações sociais. Pode-se falar de mundialização, enquanto outrora se tratava de mera internacionalização (2).

Dado o novo alcance da história, importa "rever totalmente toda a estrutura dos postulados e preconceitos nos quais assentava a nossa visão do mundo", nas palavras de G. Barraclout (1965, p. 10). Mais recentemente, Katona e Strumpel (1972, pp. 2-3) criticam uma visão econômica pouco penetrada pelas novas realidades, lamentando que fatores como as finanças sejam ainda estudados num quadro puramente nacional, e não em seu contexto global. A sociologia, tal como foi fundada na segunda metade do século XIX, deveria ser substituída, segundo A. Bergensen (1970, p. 1), por uma "visão sistemática mundial", mais adaptada às novas realidades.

Mas será possível afirmar a existência desse sistema mundial (A. Bergensen e R. Schoenberg, 1980), chame-se ele sociedade mundial (Kolph Pettman, 1979) ou sistema global (G. Modelski, 1972)? Isso resultaria da interconexão entre as mais afastadas e disparatadas sociedades nacionais, sob todos os pontos de vista, por força das novas condições de realização da vida social, ou seja, de uma divisão mundial capitalista do trabalho, fundada no desenvolvimen-

to das forças produtivas em escala mundial e conduzida através dos Estados e das corporações gigantes ou firmas transnacionais. (3)

A universalização do mundo pode agora ser constatada nos fatos. Universalização da produção, ^{incluindo a} produção agrícola, dos processos produtivos e do marketing. Universalização das trocas, universalização do capital e de seu mercado, universalização da mercadoria, dos preços e do dinheiro como mercadoria-padrão, universalização das finanças e das dívidas, universalização do modelo de utilização dos recursos por meio de uma universalidade relacional das técnicas (4), universalização do trabalho, isto é, do mercado do trabalho e do trabalho improdutivo, universalização do ambiente das firmas e das economias, universalização dos gostos, do consumo, da alimentação, Universalização de cultura e dos modelos de vida social, universalização de uma racionalidade a serviço do capital erigida em moralidade igualmente universalizada, universalidade de uma ideologia mercantil concebida do exterior, universalização do espaço, universalização da sociedade tornada mundial e do homem ameaçado por uma alienação total.

Vivemos num mundo em que a lei do valor mundializado comanda a produção total, por meio das produções e das técnicas dominantes, aqueles que utilizem esse trabalho científico universal previsto por Marx (5). A base de todas essas produções, também ele, é universal, e sua realização depende doravante de um mercado mundial.

Será que essa mundialização é completa? Para muitos, não haveria, por exemplo, mundialização das classes sociais (V. Navarro, 1982, e A. Berresen, 1980, p. 10) nem ~~uma~~ uma moralidade universal, ainda que fosse a moralidade dos Estados. Se as firmas multinacionais criam em toda parte burocracias transnacionais (R. L. Sklar, 1975), e se

instituições de natureza semelhante estão presentes em todos os países, as classes são ainda definidas territorialmente, assim como as aspirações e o caráter de um povo ainda o são em função das heranças históricas. Os Estados, cujo número se multiplicou devido às novas condições históricas, constituem um sistema mundial, mas individualmente eles continuam ao mesmo tempo com uma porta de entrada e uma barreira para as influências exógenas. Sua ação, embora autoritária, assenta nas realidades preexistentes e por isso jamais induz uma mundialização completa das estruturas profundas da Nação. Mas isto não basta para impedir que se fale de globalização. Hoje, o que não é mundializado é condição de mundialização.

2 - Um período técnico-científico?

É possível discordar quanto à denominação e às características do atual período histórico. Nós o vivemos, e nada é mais difícil/que definir o presente. ^{Porém} ~~xxx~~ já sabemos que nossa época implicou uma revolução global não totalmente acabada, mas cujos efeitos são perceptíveis em todos os aspectos da vida. Como disse Lucien Goldmann (1978, pp. 185-186), "a partir da Segunda Guerra Mundial, torna-se cada vez mais evidente para os pesquisadores sérios que temos um terceiro tipo de capitalismo, para o qual se emprega toda uma série de expressões: capitalismo de organização, sociedade de massa, etc. Trata-se, sempre, do capitalismo, sem dúvida, mas mudanças essenciais surgiram". Nossa época sugere que devemos ter bem presente no espírito a advertência de Marx, para quem "o destino das novas criações históricas é o de serem considerados como se nada mais fossem que uma contrapartida das formas entres e mesmo defuntas da vida social, às quais se assemelham". (6)

Acreditamos, como tantos outros, que os ^{perturbações} ~~distúrbios~~ que caracte-
rizam esta fase da história humana decorrem em grande parte dos ex-
traordinários progressos no domínio das ciências e das técnicas. ^{ag}
teríamos no período do capitalismo tecnológico, segundo L. Kerpik
(1972), ou da sociedade tecnológica, conforme H. Lefebvre (1971).

Sem dúvida, podemos perguntar-nos, de um lado, se o desenvol-
vimento econômico não dependeu sempre do progresso científico (Tsu-
ru, 1961; P. Jalée, 1969; Ch. Bettelheim, 1967; R. Aron, 1961; J.
Ellul, 1954), ou lembrar, como fez E. Mandel (1980) que esta é ape-
nas a terceira revolução científica, e, por outro lado, seria bom
levantar com freqüência a questão de H. Heilbroner (1967): "As mé-
quinas fizeram a história?" Há os que crêem numa espécie de deter-
minismo tecnológico (7) e os que se põem em guarda contra todo ris-
co implícito na crença em uma "ilusão tecnológica". Preferimos a
companhia destes últimos, sem com isso minimizar o papel fundamen-
tal desempenhado pelos progressos científicos e técnicos nas trans-
formações recentemente sofridas pelo planeta. Esta "transformação
total dos fundamentos da vida humana" de que fala Bernal teria si-
do impossível de outra forma (8).

Trata-se agora de uma verdadeira interdependência entre a ci-
ência e a técnica, contrariamente ao que acontecia outrora. De fa-
to, como observou H. Richte (1970, p. 37), hoje "a ciência prece-
de a técnica", embora sua realização lhe seja cada vez mais subor-
dinada. A tecnologia daí resultante é utilizada em escala mundial,
e nada mais conta e não ser uma busca desenfreada do lucro, onde
quer que as condições o permitam. Este é um dado fundamental da si-
tuação atual. O fato de a tecnologia ter-se tornado um elemento e-
xógeno para grande parte da humanidade -- já assinalado por A. Her-
rera (in C. Mendes, 1977, p. 159) -- acarreta conseqüências de enor-

No alcance, de que sua utilização universal, mesmo sempre em relação com os recursos naturais e humanos locais, é causa de graves distorções. Ora, tudo isso só foi possível porque o trabalho científico foi praticamente colocado -- de maneira direta ou indireta -- a serviço da produção. A ciência tem, portanto, um papel produtivo direto (J. Tribault, 1967).

3 - Mundialização perversa e perversão das ciências

A mundialização que se vê é perversa (Santos, 1978). Concentração e centralização da economia e do poder político, cultura de massas, científicização da burocracia, centralização e revenda das decisões e da informação, tudo isso forma a base de um agravamento das desigualdades entre países e entre classes sociais, assim como da opressão e desinteração do indivíduo. Nesse modo se compreende que haja correspondências entre sociedade global e crise global. É igualmente compreensível, mas lamentável, que esse movimento geral tenha atingido a própria atividade científica.

A redescoberta do planeta e do homem, isto é, a amplificação do saber que lhes diz respeito, são apenas os dois termos de uma mesma equação. Essa equação é presidida pela produção em suas formas materiais e imateriais. Os conhecimentos atuam sobre os instrumentos de trabalho, impondo-lhes modificações não raro brutais e produzindo males ou benefícios, segundo as condições de utilização.

Quando a ciência se deixa claramente cooptar por uma tecnologia cujos objetivos são mais econômicos que sociais, ela se torna tributária dos interesses da produção e dos produtores hegemônicos e renuncia a toda vocação de servir a sociedade. Trata-se de um saber instrumentalizado, onde a metodologia substitui o método.

Um saber comprometido com interesses e institucionalizado em fun

ção de conhecimentos estritamente delimitados acaba por sofrer uma fragmentação cujo resultado é, não a autonomia desejável das disciplinas científicas, mas a sua separação. A evolução econômica agrava esses defasamentos e nos afasta cada vez mais de uma visão global e da visão crítica que ela permite. Então, o trabalho do cientista se vê despojado de seu conteúdo teleológico e deve ser feito segundo uma ótica puramente pragmática para atender aos que possuem o comando das pesquisas ou dirigem as instituições de ensino. Quando o trabalho científico deve atender a objetivos utilitariamente estabelecidos, temos diante de nós o divórcio entre a teoria e a práxis (A. Gouldner, 1970). Há a possibilidade de um sucesso prático das teorias falsas (M. Bunre, 1968). Eis por que já se falou, e com razão, de perversão da ciência. (9)

As ciências sociais não fazem exceção nesse contexto. O mesmo movimento também as deformou e descaracterizou. Nunca é demais insistir no risco representado por uma ciência social monodisciplinar, desinteressada das relações globais entre os diferentes vetores de que a sociedade é constituída, como um todo. Pode-se talvez encontrar uma das principais causas da crise atual das ciências sociais em sua insularidade. Boa parte da produção intelectual nesse domínio despreza os estudos mundiais globalizantes. Esse atraso em relação ao mundo é uma das marcas desse desatino das ciências humanas. Incepezes de apreender a separação entre princípios e normas (A. Catemario, 1968, p. 74) e por isso mesmo empobrecidas, não surge e onde constatar as múltiplas formas de sua submissão a interesses que nempre inelóricos do mundo de produção. Elas se põem, por vezes sem julgamento crítico, a serviço de marketing, daquilo que se chama relação humana, de toda sorte de social engineering e da produção, sob ~~a~~ ^{encomenda} ~~comando~~ das ideologias (Michael Usearn, 1976), redu

zindo assim gradualmente suas possibilidades. Deu-se modo as ciências sociais se interessar por uma amostragem tendenciosa das condições mais importantes: o Estado e as firmas transnacionais, o Estado e a nação, o crescimento e o empobrecimento, o Leste e o Oeste, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, etc., de modo a ocultar as causas reais e os resultados previsíveis dos encadeamentos entre fenômenos.

Assim, reduzindo seu alcance e fragmentando seu campo de ação, elas se internacionalizam, tornando-se incapazes de uma visão mundial e crítica. Os excessos de especialização e a perda de ambição de universalidade são dois aspectos de uma mesma questão que permitem a utilização perversa das ciências sociais.

A Geografia não escapa a essa tendência. Desenvolvida parcialmente sob o signo do utilitarismo, fundada na economia neoclássica -- portanto s-especial --, ela era chamada a negar-se a si mesma. Por isso ela conta entre suas fraquezas o fato de não ter um objeto claramente definido e a pobreza teórica e epistemológica sobre a qual repouse sua prática. A inexistência de um sistema de referências mais sólido, de resto, explica o papel de relevo que essa disciplina desempenhou na reorganização não-igualitária do espaço e da sociedade, assim no nível mundial como no local.

4 - As possibilidades entreabertas às ciências do homem

Embora assinalado por atividades quase sempre desviadas para preocupações imediatistas e utilitaristas, o atual período histórico encerra igualmente o termo de uma mudança de tendência. Se, por um lado, a ciência se torna uma força produtiva, observa-se, por outro, um aumento de importância do homem -- isto é, de seu saber -- no processo produtivo. Esse saber permite um conhecimen-

to mais amplo e aprofundado do planeta, constituindo uma verdadeira redescoberta do mundo e das enormes possibilidades que ele contém, visto ser revelizada a própria atividade humana. Só falta colocar esses imensos recursos a serviço da humanidade. Trata-se de uma tarefa de longo fôlego, mas não impossível, que supõe a existência de uma ciência autônoma, conforme a definiu H. Wuthrow (1980, p. 30).

No momento, as condições locais de realização da economia internacional acabam por dar a primazia ao imperativo tecnológico, a conjuntos técnicos considerados como fixos, pois a própria ciência econômica parece organizar seus postulados em função de equações técnicas rígidas. Cumpre agora chegar a uma liberação desse imperativo tecnológico e subordinar as escolhas técnicas a finalidades bem mais amplas que a própria economia. Vê-se, assim, que não se trate absolutamente de uma questão técnica nem do domínio das ciências exatas, pois o problema diz respeito às ciências sociais, cuja responsabilidade se vê assim aumentada.

Conquanto imposta por necessidades históricas, a redescoberta da Natureza e do Homem deve ser creditada sobretudo às disciplinas naturais, biológicas e exatas, ou seja, às "ciências". Isso insuflou nas "não-ciências", disciplinas do homem e da sociedade, um novo valor, ainda insuficientemente avaliado, na construção racional da História.

Os novos conhecimentos "científicos" apontam para o reino do possível, enquanto sua realização concreta pertence mais ao domínio das condições econômicas, culturais e políticas. Como o Futuro não é único, mas deve ser escolhido, são as ciências sociais que se tornam as ciências de base para uma construção voluntária da História. Como? Trata-se de alargar sua base filosófica até ad

mitir que as preocupações teleológicas não constituem obstáculo à fiel transcrição dos fenômenos.

As novas realidades são ao mesmo tempo causa e consequência de uma multiplicação de possibilidades, potenciais ou concretizadas, cuja multiplicidade de arranjos é fator de complexidade e de diferenciação crescentes. Não se trata aqui de adaptação do passado, mas de subversão das concepções fundamentais, das formas de abordagem, dos temas de análise. Isso equivale a dizer que mudam ao mesmo tempo o conteúdo, o método, as categorias de estudo e as palavras-chave.

Enquanto promessa, o crescimento das possibilidades diz respeito ao mundo inteiro e a toda a humanidade, mas a historização e a geografização das possibilidades estão sujeitas à lei das necessidades. A divisão dos domínios nem sempre é nítida, mas pode-se pensar que num mundo assim construído são as ciências do homem que ganham em alcance. Ademais, inúmeras combinações doravante possíveis não são desejáveis; outras, igualmente numerosas, não convêm a ^{todos os} ~~nenhum~~ países ou regiões.

II - A RENOVACÃO DE UMA DISCIPLINA AMEAÇADA

5 - Uma disciplina ameaçada

A atual importância do território (para não falar de espaço...) na realização da história pode ser indicada pelo interesse crescente que lhe dedicam não somente os geógrafos mas também, e cada vez mais, os urbanistas, planejadores, cientistas de horizontes tão diferentes como os economistas, sociólogos, etnólogos, politicólogos, historiadores, demógrafos, etc. Tanto Hels Anderson (1965, p.5) como, mais recentemente, Pierre George (1982, p. 1) assinalaram que o assim chamado objeto tradicional da Geografia era cada vez mais tratado por especialistas diversos. "Esse objeto" ^{seria melhor} ~~seria~~ ~~mais~~ ~~bem~~ estudado por outros, queixam-se V.D. Dennison (1981, pp. 271-272). (10)

Por outro lado, a Geografia, que sucumbiu às aliciantes demandas do mundo da produção, não será vítima de uma especialização exagerada? Max. Sorre já em 1957 (p. 10; pp. 35-36) falava de uma ameaça de "desmembramento". J. Allan Patmore (1980) chamou a atenção para tais riscos e, a despeito de seu ceticismo, R.J. Johnston (1980) chegou mesmo a sugerir que, do jeito que vão as coisas, a disciplina acabaria na escuridão. A mesma preocupação levou Brian Berry (1980, p. 449) a declarar em seu discurso presidencial da Associação dos Geógrafos Americanos) que ^{nos encantávamos} ~~a orientação~~ ~~de~~ "do pluralismo para a licença". Pode-se então dizer, com M.L. Eliot Hurst (1970, p. 3), que se trata de uma disciplina moribunda? Fretos-se, sem nenhuma dúvida, de uma disciplina ameaçada. Mas as ameaças vêm muito mais dela mesma, em seu estado atual, do que das disciplinas vizinhas.

A questão complica-se quando admitimos, com o mesmo R.J. Johnston (1980), que existem tentas geografias quanto geógrafos (11) ou quando reconhecemos, com H. Lefebvre (1974, p. 15) que "os escritos

especializados informem seus leitores sobre todos os tipos de espaços precisamente especializados (...) haveria uma multiplicidade indefinida de espaços: geográficos, econômicos, demográficos, sociológicos, ecológicos, comerciais, nacionais, continentais, mundiais". Y. Lacoste (1981, p. 152) sintetiza até certo ponto esses dois pontos de vista ao escrever: "De fato, existem tantas concepções do 'espaço geográfico' ou do 'espaço social' quanto 'tendências de escolas' em geografia, sociologia ou etnologia; no limite, existem tantas maneiras de ver as coisas quanto individualidades conduzindo uma investigação sobre uma démarche científica (...)".

Certo, dizemos nós, existem percepções diversas das mesmas coisas, pois há indivíduos diferentes. Mas deve-se por isso renunciar à aproximação de uma definição objetiva das realidades? Do contrário, não se saberia sequer por onde começar o trabalho científico. E estaríamos sempre à mercê de uma ambigüidade. Com efeito, para a questão que nos interessa, é preciso transformar num só o que parece um duplo problema. Trata-se de definir o espaço da geografia, seja ela uma geografia renovada ou redefinida, e estabelecer assim seus objetos e limites. (12)

6 - A procura de um objeto: o espaço

Um sistema de realidades, ou seja, um sistema formado pelas coisas e a vida que as anima, supõe uma legalidade: uma estruturação e uma lei de funcionamento. Uma teoria, isto é, sua explicação, é um sistema construído no espírito, cujas categorias de pensamento reproduzem a estrutura que suscitou o encadeamento dos fatos. Se a chamarmos de organização espacial, estrutura espacial, organização do espaço, estrutura territorial ou simplesmente espaço, só a deno-

minação é que muda, e isto não é fundamental. O problema é encontrar as categorias de análise que nos permitem o seu conhecimento sistemático, isto é, a possibilidade de propor uma análise e uma síntese cujos elementos constituintes sejam os mesmos.

Muito tempo e talento foram dissipados recentemente por geógrafos numa discussão semântica sem saída. Chegou-se mesmo a inventar novas denominações. Por exemplo, alguns preferem falar de espacialidade ou até de especialização da sociedade, recusando a palavra espaço, mesmo o espaço social. No entanto, a renovação da geografia passa pela depuração da noção de espaço e pela investigação de suas categorias de análise. Quando Armando Corrêa da Silva (1982, p. 52) enuncia que não há geografia sem teoria espacial consistente, afirma também que essa "teoria espacial consistente" só é válida analiticamente se se dispuser de um "conceito referente à natureza do espaço".

O espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. (13) Mas por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho. Não é o espaço, portanto, como nas definições clássicas da geografia, o resultado de uma interação entre o homem e a natureza bruta, nem sequer um amálgama formado pela sociedade de hoje e o meio ambiente.

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geo-

críficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois, têm um papel na realização social.

Emquanto totalidade, a sociedade é um conjunto de possibilidades. A totalidade, segundo Kant, é a "pluralidade considerada como unidade" ou a "unidade da diversidade", de acordo com A. Labriola (1982) e E. Sereni (1970). Essa unidade nada mais é que a essência nova ou renovada, cuja vocação consiste em deixar de ser ^{potência!} para se tornar-se ato. Tal conteúdo - a essência - pode ser comparado a uma sociedade em andamento, em evolução, em movimento. Ou, melhor ainda, ao seu presente ainda não realizado.

O conteúdo corporificado, o ser já transformado em existência é a sociedade já ^{embuída} ~~desenvolvida~~ nas formas geográficas, a sociedade transformada em espaço. A fenomenologia do espírito de Hegel seria a transformação da sociedade total em espaço total. A sociedade seria o ser, e o espaço seria a existência. O ser é metamorfoseado em existência por intermédio dos processos impostos por suas próprias determinações, os quais fazem aparecer cada forma como uma forma-conteúdo, um indivíduo separado capaz de influenciar a mudança social. É um movimento permanente, e por esse processo infinito a sociedade e o espaço evoluem contraditoriamente. (Santos, 1983, p. 43-4)

7 - Importância atual do espaço

A globalização da sociedade e da economia tem a multiplicação do espaço geográfico, conferindo-lhe um novo significado (J. Amin, 1980, p. 226). Na evolução da sociedade, cada um de seus componentes tem um papel diferente no movimento da totalidade, e o papel de cada uma é diferente a cada momento.

O espaço assume hoje em dia uma importância fundamental, já que a Natureza se transforma, em seu todo, numa força produtiva (G. Prestipino, 1973, 1977, p. 181). Quando todos os lugares ~~se~~ ^{foram} ~~são~~ ^{criam-se} distinguidos, de maneira direta ou indireta, pelas necessidades do processo produtivo, ~~tem-se~~ ^{criam-se} ~~as~~ ^{se} ~~condições~~ paralelamente, seletividades e hierarquias de utilização com a concorrência ativa ou passiva entre os diversos agentes. Onde uma reorganização das funções entre as diferentes frações de território. Cada ponto de espaço torna-se então importante, ~~em razão da ou por sua~~ ^{efetivamente ou} ~~potencialmente~~. Sua importância decorre de suas próprias virtualidades, naturais ou sociais, preexistentes ou adquiridas segundo intervenções seletivas. Como a produção se mundializa, as possibilidades de cada lugar se afirmam e se diferenciam em nível mundial. Dada a crescente internacionalização do capital e a ascensão das firmas transnacionais, observar-se-á uma tendência à fixação mundial -- e não mais nacional -- dos custos de produção e a uma igualização das taxas de lucros ^{gracias à} ~~pele~~ mobilidade internacional do capital (E. Mandel, 1978, p. 187-188), ao passo que a procura dos lugares mais rentáveis será uma constante.

É por isso que as diferenciações geográficas ganham uma importância estratégica fundamental, como note Y. Lacoste (1977, p. 147). Pode-se escolher à distância o lugar ideal para uma dada empresa. Ross, Shakov e Gusman (1980) lembram, a propósito, que em nossos dias os projetos locais estão subordinados ~~se~~ ^{se} ~~as~~ ^{as} ~~condições~~ ^{constrangimentos de natureza} ~~de~~ ^{de} ~~caráter~~ ^{de} ~~mundial~~ ^{mundial}.

Pode-se, pois, dizer a respeito dessas novas realidades que tais especializações na utilização do território -- sejam elas originalmente naturais ou culturais, ou provenham de intervenções políticas e técnicas -- significam uma verdadeira redescob-

berta da Natureza ou pelo menos uma revalorização total, na qual cada parte, isto é, cada lugar, recebe um novo papel, ganha um novo valor.

Como o fenômeno é geral, poder-se-ia dizer que nesta fase da história se está afirmando o caráter geográfico da sociedade, ao qual se referia C. van Peëssen já em 1957. (14) O homem atinge enfim um conhecimento analítico e sintético de toda a Natureza e adquire a capacidade de uma utilização geral e global das coisas que o cercam. A partir do momento em que a Natureza se define de nova maneira e suas relações com o homem se renovam, torna-se necessária uma renovação das disciplinas que a estudam. Para a Geografia, trata-se de novas perspectivas e de uma capacidade nova de trabalhar com leis universais.

8 - A caminho de uma geografia global

Mas... a Geografia já não era global? Um século atrás, K. Ritter e Vidal de la Blache falavam da unidade da Terra. Um autor como K. Boulding (1966, p. 106), embora economista, não hesita em afirmar que a Geografia é, entre todas, "a disciplina que interpretou a visão do estudo da Terra como um fenômeno global". Mas, em recente artigo, V.D. Dennison (1981, pp. 271-272) parece responder sim e não à questão, ainda que para ele essa disciplina seja sinônimo de estudos mundiais. Uma coisa é a ambição de chegar a isso, ou seja, a vontade de abarcar a totalidade dos fenômenos e de traduzi-los em formulações científicas, outra é conseguir fazê-lo.

A velha tradição das escolas nacionais de Geografia, ou pelo menos os pressupostos históricos da evolução da ciência geográfica nos diversos contextos nacionais, foi talvez um obstáculo ^{a que fosse atingida} ~~a consecução~~ ^{um} ~~de~~ ^{de} estágio dos estudos geográficos globais. É verdade que essa preo-

cunhação de "globalização" é mais bem sucedida, e há muito tempo, no domínio do que se chama geografia física (16), enquanto na esfera dos fatos sociais ela se revelou mais difícil. Com efeito, nesse domínio os esforços de teorização ultrapassam difícilmente o estágio embrionário, isto quando não são francamente infelizes ou não ^{mere} ~~caem~~ no discurso.

A internacionalização da economia permitiu falar de cidades-mundiais, verdadeiros nós na cadeia de relações múltiplas que dão ^{arcabouço} ~~um~~ ~~relevo~~ à vida social do planeta. (17) Na verdade, porém, é o espaço inteiro que se mundializou, e já não existe um único ponto do globo que se possa considerar como isolado.

A teoria geográfica deveria então ser construída com um espírito bem mais amplo. J.F. Unstead, já em 1950, indicava a necessidade de se fazer uma "geografia mundial" ou uma "geografia global". Mas os projetos formulados nesse sentido não tiveram andamento. Oscilando entre a descrição e a generalização, ^{desde a} ~~de~~ antiguidade ao século XIX, a geografia nunca pôde descrever tudo nem fugir a generalizações ^{frequentemente} ~~quase sempre~~ inconsistentes. No fim do século passado e no início deste ela assume uma vontade de teorização -- ou pelo menos de independência científica -- com a postulação de princípios. No entanto, o planeta é ainda mal conhecido e um grande número de outros ramos do conhecimento apenas aparecem. Contudo, é ao preço de um grande esforço que a geografia procura estabelecer-se como ciência, mas sem consegui-lo inteiramente.

Parece-nos que a razão desses fracassos não se devem ao talento dos geógrafos, mas ao fato de as condições históricas concretas não terem sido reunidas, donde as dificuldades para a elaboração de uma teoria geográfica. No decorrer deste século, enquanto o debate sobre a verdadeira natureza da geografia se confunde com o de

suas pretensões científicas, embora deixem na sombra preocupações epistemológicas mais sólidas. Mesmo os esforços empreendidos após a II Guerra Mundial não trouxeram senão uma parte limitada dos frutos visados (~~exemptas~~). Acreditamos, porém, que é justamente agora que se reuniram as condições históricas para constituir essa geografia global e também teórica, tão procurada de um século a esta parte.

9 - Globalização e empiricização das categorias

Agora que o mundo se mundializou, que será da geografia? Não há dúvida de que o mundo sempre foi um só. Todavia, ^{conforme já lembramos} não era possível apreender-lhe a unicidade, exceto para alguns fenômenos de alcance mais geral e fora do domínio social. Atualmente, com a internacionalização das técnicas, da produção e do produto, do capital e do trabalho, dos gostos e do consumo, a mundialização das relações sociais de todos os tipos (econômica, financeira, política...) é a garantia de universalidade que permite compreender cada fração do espaço mundial em função do espaço global.

Somente a partir desta universalidade -- uma universalidade empírica -- é que certas categorias filosóficas podem ser transcritas numa linguagem geográfica com toda a sua significação. É o caso das categorias de universalidade, particularidade e singularidade, assim como das de forma, função, processo e estrutura -- esta última como sinônimo de essência, ou seja, de oposição, não muito trabalhada, entre paisagem e sociedade ou mesmo entre paisagem e espaço.

Doreavante a geografia está preparada para ultrapassar a "paleodialética" das geografias clássicas e mesmo atuais. Como a "lei zero" da dialética proposta por E. Marquitt (1981) -- a lei de interconexão universal (18) -- é verificável empiricamente, o papel da contradição no processo de elaboração do conhecimento, tão justamente su-

Blindado por Dean Meyers (1981-82) se impõe com toda a força. Chegamos a ele exatamente porque o processo de internacionalização iniciado há quase cinco séculos se tornou um processo de mundialização. Até então, a totalização com a qual podíamos trabalhar encontrava-se no princípio ao nível do espírito e era incompletamente realizada nos fatos. Em nossos dias, ela ocorre primeiro nos fatos e nas relações, antes de impor-se ao espírito.

Pode-se dizer que os grandes universais se empiricizam quando, de um lado, a realização prática das técnicas se realiza independentemente do meio que as recebe e, de outro, o conjunto das técnicas utilizadas é em toda parte a mesma, potencialmente. A independência das técnicas em face do meio e a mundialização do modelo técnico fazem da técnica um verdadeiro universal concreto (Ladrière, 1968, pp. 216-217, e S. Breton, 1968, p. 114), instrumento de crescente solidariedade entre momentos e lugares. Temos aqui um conjunto técnico homogêneo, tornado sistemático porque comandado e vivificado por relações internacionais mundializadas e, por conseguinte, também elas unificadas. Neste cenário atuam as instituições supranacionais e as firmas transnacionais, e os grandes organismos burocráticos centralizados existem graças à expansão mundial dos meios de transporte e de comunicação.

O valor universal do modo de produção em seu momento atual representa a base material para se chegar a conceitos universais. Samir Amin (1980, p. 4) afirma que são geralmente válidos os conceitos cuja possibilidade de aplicação é geral, lembrando que o modo de produção feudal não tem forçosamente a validade universal na medida em que foi extraído de uma parte da história e da Europa. Por outro lado, ele considera que Marx ^{não} pôde chegar a certas leis universais graças à sua experiência limitada das lutas sociais e da ignorância

então generalizada no que se refere aos países não-europeus. Talvez não seja exatamente assim, mas, como na época a internacionalização ainda não atingira o estágio de desenvolvimento conhecido atualmente, a extração de categorias universais mostrava-se quase sempre im possível.

A quantidade de relações que entram no funcionamento da sociedade, da economia e da política aumenta de maneira exponencial, de sorte que o leque de variáveis ligadas a um objeto ou fenômeno é bem mais amplo no período atual. As grandes generalizações, portanto, são não apenas possíveis mas necessárias, tornando-se a um tempo mais sistemáticas e afinadas. Sua base, deve-se lembrar, é empírica.

Assim, podemos voltar ao tema da geografia como "ciência dos lugares", à qual se ligam nomes como Vidal de la Blache e C. Sauer, ou ao ressurgimento dessa mesma discussão com o debate sobre a "uni-
em que se envolveram,
queness" ~~xxxxxxx~~ entre outros, ... Hartshorne (1955), Preston James (1972), Schaefer (1953), Gourou (1973), D. Grigg (1965), Kalesnik (1971), Bunge (1966 e 1979) etc.

Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, "únicos". Isto se deve à especialização desenfiada dos elementos do espaço -- homens, firmas, instituições, ambiente --, à dissociação sempre crescente dos processos e subprocessos necessários a uma maior acumulação de capital, à multiplicação das ações que fazem do espaço um campo de forças multidirecionais e multicomplexas, onde cada lugar é extremamente distinto do outro, mas também claramente ligado a todos os demais por um nexo único, dado pelas forças motrizes do modo de acumulação hegemonicamente universal. Teríamos assim essa totalidade concreta, perceptível através de uma dialética concreta, como a apresentada por G. Lukacs em História e Consciência de Classe (1923, 1960) e Karel Kosik em Dia-

lógica de lo Concreto (1963, 1967).

Já não se pode falar de contradição entre "uniqueness" e globalidade. Ambos se completam e se explicam mutuamente. O lugar é um ponto do mundo onde se realizam algumas das possibilidades deste último. O lugar é parte do mundo e desempenha um papel em sua história, ou, para citar Whitehead (1938, p. 188), "a menor agitação local sacode o universo inteiro" ("any local agitation shakes the whole universe"). O mundo foi sempre um conjunto de possibilidades. Hoje, porém, tais possibilidades são todas interligadas e interdependentes.

10 - Por uma geografia renovada

Em nossos dias, como vimos, as técnicas são utilizadas em toda parte sem consideração pelos sistemas locais de recursos naturais e humanos e superpostas a realidades econômicas e sociais diferentes. Os resultados, criadores de distorções e desigualdades em todos os lugares, impõem a cada local combinações particulares, que são outras tantas formas específicas de complexidade da vida social. O problema, portanto, consiste em reconhecer o efeito dessas superposições sobre a existência de cada sociedade.

A ponte a ser lançada entre possibilidades entresbertas e o ato de construir uma nova história virá do domínio complexo onde se encontram esses mesmos dados, segundo combinações variáveis. Daí a importância renovada das ciências do espaço do homem, isto é, da geografia, se se deseja dominar corretamente as forças de que doravante se dispõe.

Em face do quadro antigo, o novo stock, multiplicado e diferenciado dos conhecimentos e das possibilidades, implica uma subversão geral para o conjunto das ciências, com a redivisão e o remanejamen-

to dos territórios científicos e a criação de novas disciplinas e a renovação das já existentes. As ciências devem renovar-se a partir das realidades que condicionam seu desenvolvimento e para responder ao seu desafio. Tal desafio é definido sobretudo pelas novas relações, já estabelecidas ou possíveis, entre uma sociedade tornada universal e os recursos mundiais.

Para a geografia, o fato novo e dominante é o que se pode chamar de maturidade histórica, ou seja, o conjunto dos novos dados que a história do mundo impõe à disciplina. Para os geógrafos, profissionalmente preocupados com o espaço do homem, a nova situação é apaixonante. De um lado, seu campo de interesse se amplia, pois o espaço dito geográfico se torna, mais que nunca, um elemento fundamental da aventura humana. De outro, a mundialização do espaço cria as condições -- até aqui insuficientes -- para estabelecer um corpo conceitual, um sistema de referência e uma epistemologia, recurso de trabalho que sempre faltou a essa disciplina e por isso estreitou seu campo de estudo ao longo deste século.

A garantia de universalidade é um trunfo, visto assegurar a possibilidade de melhor compreender cada fração do espaço mundial em função do espaço global e permitir, assim, o reconhecimento e a interpretação das intervenções sobreviventes enquanto se realiza uma ciência crítica. Isso não era possível antes do planeta tornar-se realmente mundializado, vale dizer, antes dele ser o objeto, em cada um de seus pontos, da ação de variáveis cuja dimensão é planetária.

(1)^A A civilização do século XIX naufragou. Este livro trata das origens políticas e econômicas do acontecimento e da grande transformação que o seguiu.

Essa civilização repousava sobre quatro instituições. A primeira era o sistema de equilíbrio de forças que durante um século permitiu evitar a deflagração de grandes e devastadoras guerras entre as Potências. A segunda foi o padrão-ouro como referência internacional, que simbolizava a organização única da economia mundial. A terceira era o mercado auto-regulado que gerou um bem-estar sem precedentes. A quarta era o Estado liberal. Segundo uma certa classificação, duas delas eram nacionais, e as duas outras internacionais. Juntas, determinaram as grandes linhas da história de nossa civilização."

Karl Polanyi, The Great Transformation (1944),
Boston, Beacon, 1957, p. 2

(2)^O O sistema capitalista foi sempre um sistema mundial. Não poderemos compreendê-lo se excluirmos a interação entre o efeito interno de uma de suas partes e os efeitos externos sobre essa parte. Por isso a contribuição daqueles que enfatizaram o papel da periferia no estabelecimento do capitalismo desde o seu início não é nem pequeno nem suplementar" (...)

Semir Amin, 1980, p. 187

"Embora tenha sido sempre um sistema mundial, o sistema capitalista passou por diversos estágios" (...) S. Amin, 1980, p. 188

(3) Na face do monopólio múltiplo transnacional, o desenvolvimento das forças produtivas ocorre na escala do planeta. A divisão mundial capitalista do trabalho daí decorrente é ao mesmo tempo uma especialização orientada e uma integração. A possibilidade concreta de loca-

lizar ramos, processos, ^{fábricas,} ~~sinos~~ (4), explorações econômicas, de utilizar redes de transporte e de comercialização, de obter de toda parte informações praticamente instantâneas e de processá-las eletronicamente nestes centros estrategicamente distribuídos, de influenciar de maneira decisiva nas determinações políticas nacionais ou multinacionais, de mobilizar rapidamente funcionários e agentes através do mundo, tudo isso transforma as corporações múltiplas em fatores poderosos de uma combinação complexa das forças produtivas, com variáveis muito numerosas e parâmetros operacionais que atuam em variados níveis de agregação."

Karl Zavaia, 1976, p. 43

(4) "... uma triplíce universalidade: universalidade espacial, universalidade qualitativa, universalidade relacional."

J. Breton; 1968, p. 112

"(...) A universalidade relacional" (...) "concretamente" (...) se define pela comunicação de todas as técnicas que se abrem umas às outras num apelo de complementaridade que condiciona simultaneamente a possibilidade de sua existência e a de sua eficácia." J. Breton, 1968, p.114

(5) "Marx utilizou de maneira explícita a categoria de "trabalho universal" em relação ao trabalho científico." Ernst Mandel, 1980, p.132

(6) The Paris Commune, Moscou, Progress Publishers, 1970, p.58

(7) "~~Os~~ ^{Os} ~~historiadores~~ ^{historiadores} se ~~inclinam~~ ^{inclinam} a considerar a tecnologia como se ela tivesse uma importância ocasional e até recentemente ~~ignoraram~~ ^{ignoraram} sua influência. Outros cientistas da sociedade, como o historiador americano J.F. Starn, foram de fato partidários de um determinismo tecnológico, considerando que a tecnologia controla as formas sociais e as normas culturais. A antropóloga Leslie White diz explicitamente que 'os sistemas sociais' são verdadeiramente se-

condúrios e subsidiários em relação aos sistemas tecnológicos (...)
A tecnologia seria, para eles, a variável independente, e o sistema
social a variável dependente." Victor Perle, 1970, p. 37

(8) "... o termo revolução científica e técnica foi proposto por
Kernel para designar a total transformação dos fundamentos da vida
humana, organicamente ligados às transformações da própria vida."

R. Richta, 1970, p. 43

(9) "Um traço notável do período atual é que as análises vivamente
críticas da empresa científica vêm de universitários respeitáveis,
cujo radicalismo é moderado ou nulo. Essa crítica da ciência, res-
peitável e feita de interior, exprime a nova consciência da ciência
e o abandono de sua segurança de outrora. Quando se consideram as
declarações de porta-vozes da ciência, fica-se chocado por seu ca-
ráter de propaganda. O cientista era, para pessoas como C.H. Huxley
(1894), von Helmholtz (1897) ou Karl Pearson (1892), um exemplo das
maiores virtudes intelectuais e morais." J.P. Kervetz, 1977, p. 79

(10) A crítica de V.D. Dennison (1981) é severa. Para ele, a noção
de região, que constituía o centro da geografia tradicional, foi
substituída na geografia moderna pelo estudo de conceitos e idéias.
Mas esses "idéias e conceitos que agora constituem a sua base não
são absolutamente particulares à geografia, e não raro foram até
emprestados de outras disciplinas".

(11) Lá onde Johnston afirma que tudo o que os geógrafos fazem é a
geografia, Alain Bidaud, Maurice Blondeau e Anne-Marie Gerin (1978)
preferem indagar: "Existem tantas geografias quantos são os geógra-
fos?"

(12) Para ~~que~~ ter um papel específico e útil,
uma ciência precisa de um campo de trabalho particular e também de

seu próprio conjunto de conceitos. Pode-se definir as características da geografia? Arild Hott-Jensen, 1993, p. 4

(13) "É importante considerar os três modos pelos quais o espaço pode ser conceitualizado. Em primeiro lugar, o espaço pode ser visto num sentido absoluto, como uma coisa em si, com existência específica, determinada de maneira única. É o espaço do agrimensor e do cartógrafo, identificado mediante um quadro de referências convencional, especialmente as latitudes e as longitudes. Em segundo lugar, há o espaço relativo, que põe em relevo as relações entre objetos e que existe somente pelo fato de esses objetos existirem e estarem em relação uns com os outros. Assim, se tivermos três localidades A, B, C, estando os dois primeiros fisicamente próximos, ao passo que C está longe mas dispõe de melhores meios de transporte para A, é possível dizer, em termos relativos espaciais, que as localidades A e C estão mais próximas entre si do que A de B. Em terceiro lugar, há o espaço relacional, onde o espaço é percebido como conteúdo e representando no interior de si mesmo outros tipos de relação que existem entre objetos..." A.L. Nabogunje, 1980, p. 52

A terceira concepção de espaço de Nabogunje pode ser aproximada da definição de geografia pelo geógrafo japonês K. Takeuchi (1974, pp. 2-3): "Pensemos que a geografia humana atual deve ser considerada como o estudo dos princípios da organização espacial das atividades humanas, ou ainda como a análise dos mecanismos e dos processos que regem o sistema espacial de atividades humanas integradas."

(14) "A ciência geográfica tem uma base fenomenológica, ou seja, tem sua origem numa consciência geográfica e torna a sociedade mais consciente da geografia. Por outro lado, porém, o despertar da ciência geográfica depende da existência de uma consciência geográfica natural e pré-científica... Os geógrafos e a ciência geográfica não po-

dem existir senão numa sociedade dotada de um senso geográfico."

C. van Paessen, 1957, p. 21, citado por Olevi Grenö, 1981, p. 22

(15) Ainda recentemente, um autor como J.E. McConnell (1982, pp. 1633-1634) se queixa de ainda não se ter conseguido estabelecer sistematicamente as relações existentes entre o comportamento internacional dos sistemas industriais e as formas espaciais.

(16) Segundo Voropay (1978, p. 616), a vontade de obter um conhecimento global do planeta teria começado nos anos trinta, "quando principia a exploração do oceano mundial e a pesquisa geográfica atinge uma escala mundial."

(17) Autores como J. Friedmann (1982) retomam questões como a das "cidades globais", assunto que aliás interessou especialistas de disciplinas as mais diversas, como G. Modelski (1972), D.A. Heenan (1977), Theodore von Lane (1969), Stephen H. Hymer (1971) e tantos outros. O fato, porém, é que somente as grandes metrópoles são, em nossos dias, cidades globais; a mais pequena cidade também o é. Na realidade, é o espaço que se tornou global, mundislizado. (Santos, 1978)

(18) E. Marquit (1981, pp. 309-310) lembra que nos escritos de filosofia marxista-leninista se encontram geralmente três leis da dialética. E acrescenta uma quarta, a que chama Lei Zero, ou Lei da Interconexão Universal, assim enunciada: "Todas as coisas estão ligadas às demais por uma infinidade de conexões. A lei da interconexão universal é a base para o conceito materialista dialético da unidade do mundo e seu conhecimento. Uma exceção qualquer à interconexão universal significaria que existem segmentos da realidade objetiva desconectados do resto, ou seja, não estariam associados a nenhum fenômeno (...) A lei de interconexão universal é ao mesmo tempo uma afirmação dialética da independência relativa das coisas e dos proces-

...
sos, porque o verdadeiro conceito de interconexão das coisas e dos fenômenos sugere também sua separação relativa (...)"

Bibliografia

Bibliographie

- Amin, Samir, Class and Nation, Historically and in the Current Crisis, translated by Susan Kaplow (Classe et Nation dans l'Histoire et la Crise Contemporaine, Ed. de Minuit, 1979), 1980
- Anderson, Nels, "Aspects of urbanization", in N. Anderson (ed.) Urbanism and Urbanization, L.J.Brill, Leiden, 1964, pp.1-6
- Aron, Raymond, 16 Lectures on Industrial Society, Weidenfeld and Nicolson, London, 1961
- Barracough, Geoffrey, Introduccion a la Historia Contemporanea, Editorial Gredos, Madrid, 1965
- Bergesen, Albert, "From utilitarianism to globology: the shift from the individual to the world as a whole as the primordial unit of analysis" in A.Bergesen (ed.), Studies of the Modern World-System, Academic Press; New York, 1980, pp.1-12
- Bergesen, Albert and Ronald Schoenberg, "Long Waves of colonial expansion and contraction 1415-1969", in A.Bergesen (ed.) Studies of the Modern World-System, Academic Press, N.York, 1980, pp.231-277
- Berry, Brian, "Creating future geographies", Annals A.A.G., vol.70, Dec. 1960, n°4, pp.449-458
- Bettelheim, Charles, Planification et Croissance Accélérée, Maspero, Paris, 1967
- Bidaud, Alain, Maurice Blondeau et Anne Marie Gérin, "Y-a-t-il autant de géographes que de géographes?", Espaces-Temps, n°8, 1978, pp.65-120
- Boulding, Kenneth L., The Impact of the Social Sciences, Rutgers University Press, New Brunswick, N.J., 1966
- Breton, Stanislas, "Reflexion philosophique et humanisme technique", in Civilisation Technique et Humanisme, Beauchesne, Paris, 1968, p.111-148
- Bunge, William, "Locations are not unique", Annals Association of American Geographers, vol.56, June 1966
- Bunge, William, "Fred K.Schaefer and the science of geography", Annals Association of American Geographers, March 1979, pp.128-132
- Bunge, Mario, "Towards a philosophy of technology", Civilisation Technique et Humanisme, Beauchesne, Paris, 1968, pp.189-210

- Catemario, A., "Technique sociale et reconstruction", Civilisation Technique et Humanisme, Beauchesne, Paris, 1968, pp.59-76
- Dennison, V.D., "The use of geography", Geography, n°293, vol.66, Part.4, nov.1981, pp.263-276
- Eliot-Hurst, M., "Geography, social science and society, towards a re-definition", Australian Geographical Studies, 18, 1980
- Ellul, Jacques, La Technique ou l'Enjeu du Siècle, Paris, 1954
- Ferkiss, Victor, Technological Man: The Myth and the Reality, Mentor Books, New York, 1970
- Friedmann, John and Goetz Wolff, "World city formation: an agenda for research and action", International Journal of Urban and Regional Research, vol.6, n°3, 1982
- George, Pierre, "Cent ans d'histoire de la géographie", Acta Geografica, 2° Trimestre, 1982, 3° série, n°50, pp.1-8
- Goldmann, Lucien, Epistémologie et Philosophie Politique: pour une théorie de la liberté, Editions Denoël/Gonthier, Paris, 1978
- Gouldner, Alvin W., The Dialectic of Ideology and Technology: the Origins, Grammar and Future of Ideology, A Continuum Book, The Seabury Press, New York, 1976
- Gourou, Pierre, Pour une Géographie Humaine, Flammarion, Paris 1973
- Granö, Clavi, "External influence and internal change in the development of geography", in D.R.Stoddart (ed.) Geography, Ideology and Social Concern, Basil Blackwell, Oxford, 1981, p.17-36
- Grigg, D., "The logic of regional systems", Annals Association of American Geographers, vol.55, 1965, pp.467-477
- Hartshorne, R., "Exceptionalism in geography re-examined", Annals Association of American Geographers, vol.45, 1955, pp.205-244
- Heenan, David A., "Global cities of tomorrow", Harvard Business Review, vol.55, may-june 1977, pp.79-92
- Heilbroner, Robert, "Do machines make History?", Technology and Culture, 8, july 1967, pp.335-345
- Herrera, Amilcar O., "Ressources naturelles, technologie et indépendance", in C.Mendes (org.), Le Mythe du Développement, Les Collections Esprit, Seuil, Paris, 1977, pp.141-159

- Holt-Jensen, Arild, Geography, its History and Concepts, Harper and Row Publishers, London, 1980
- Hyser, Stephen H., The Multinational Corporation, a Medical Approach, Cambridge University Press, 1979
- James, F.E., All Possible Worlds: a history of geographical ideas, The Odyssey Press, Indianapolis, 1972
- Johnston, R.J., "Review symposium: Geography is what geographers do and did", Progress in Human Geography, 1980, vol.4, n°2, p.277-283
- Kalesnik, S.V., "On the significance of Lenin's ideas for Soviet Geography", Soviet Geography, vol.XII, n°4, april 1971, pp.196-204
- Karpik, Lucien, "Le capitalisme technologique", Science, Rationalité et Industrie, n° spécial de Sociologie du Travail, 13ème année, n°1, jan. mars 1972
- Katona, George and Burkhard Straupel, A New Economic Era, Elsevier, New York, 1973
- Kiuchi, S. Inro, Chikhi Cairen: sono riron to ohyon (An Introduction to a study of région: its theory, techniques and practical application) University of Tokyo, 1968
- Kosik, Karel, Dialectica del Concreto, estudio sobre los Problemas del Hombre y el mundo, Editorial Grijalbo, Mexico, 1967
- Lauriola, Antonio, Essais sur le matérialisme historique, Giard et Brière, Paris, 1962
- Lacoste, Yves, La Géographie, une arme pour la Guerre, Editorial Anagrama, Barcelona, 1977
- Lacoste, Yves, "Georges Condominas. L'espace social. A propos de l'Asie du Sud-est", Hérodote, n°21, avr. juin 1961, pp.146-152
- Ladrière, Jean, "Technique et esclavage terrestre", Civilisation technique et Humanisme, Beauchesne, Paris 1960, pp.211-243
- Lefebvre, Henri, Everyday Life in the modern World, translated by Sacha Khabinovich (La vie quotidienne dans le monde moderne) Callinard, Paris 1960, Allen Lane, The Penguin Press, London 1971
- Lefebvre, Henri, La Production de l'espace, Anthropos, Paris, 1974
- Luhacek, Georg, Histoire et Conscience de Classe, Les éditions de Minuit, Paris, 1960

- Kabogunje, Akin L., The Development Process: a spatial perspective, Hutchinson, London, 1981
- Kanócl, Ernest, The Second Slump, New Left Books, London, 1978
- Kandel, Ernest, Long Waves of Capitalist Development: The Marxist Interpretation, Cambridge University Press, Cambridge, London 1980
- Marquit, Erwin, "Contradictions in dialectics and formal logic", Science and Society, vol.XLV, n°3, Fall 1981, pp.306-323
- Marx, Karl, The Paris Commune, Progress Publishers, Moscow, 1970
- Maza Zavala, D.F., "Orígenes y características de la crisis capitalista actual", Problemas del Desarrollo. Revista Latino-americana de Economía, n°26, Mexico, 1976, pp.23-48
- Modulski, George, Principles of World Politics, The Free Press, New York, 1972
- McConnell, J.E., "The internationalization process and spatial forms: research problems and prospects", Environment and Planning A, vol.14, n°12, dec.1982, pp.1637-1644
- Navarro, Vicente, "The limits of the world systems theory in defining capitalist and socialist formations", Science and Society, vol. XLVI, n°1, Spring 1982, pp.77-90
- Patmore, J.Allan, "Geography and relevance", Geography, vol.65, part 4, n°269, nov.1980, pp.265-283
- Pettman, Ralph, State and Class, a Sociology of International Affairs, Croom Helm, London, 1979
- Polski, Karl, The Great Transformation: the political and economic origins of our time, Reinhart, 1957
- Prestipino, Giuseppe, El pensamiento Filosófico de Engels: naturaleza y sociedad en la perspectiva teórica marxista, siglo XXI, Mexico 1977 (Editori Riuniti, Roma 1973)
- Radcliffe, J.E., "Criticism of Science", Spiegel-Rosing and De Solla Price (ed.) Science, Technology and Society, Sage Publ. London and Beverly Hills, 1977, chap.3, pp.71-89
- Ricotta, Rodovan, Progreso Técnico y Democracia, Alberto Corazon Ed., México, 1970

- Ross, Robert, Don J. Shahov and Paul Surran, "Local planners - global constraints", Policy Sciences 12, June 1980, pp.1-25
- Santos, Milton, Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica, Hucitec, São Paulo, 1978
- Sayers, Sean, "Contradiction and dialectic in the development of science", Science and Society, vol.XLV, nº4, 1981-1982, pp.409-436
- Schaefer, F.K., "Exceptionalism in geography: a methodological examination", Annals Association of American Geographers, vol.43, 1953, pp.226-249
- Sereni, Emilio, "De Kary a Lenin: la categoria di 'formazione economico-sociale'", Quaderni Critica Marxista, nº4, Roma, 1970 (in La Pensée, nº159, 1971, pp.3-49)
- Silva, Armando Corrêa da, "Natureza do trabalho de campo em geografia durante e suas limitações", Revista do Departamento de Geografia, nº1, Univ. de São Paulo, 1982, pp.49-54
- Sklar, Richard, "Post-imperialism: a class analysis of multinational corporate expansion", Comparative Politics, vol.9, nº2, Jan. 1977, pp.75-92
- Sorre, Maximilien, Essences de la Géographie et de la Sociologie, Marcel Rivière, Paris, 1957
- Takeuchi, Keiichi, "The origins of human geography in Japan", Hitotsubashi Journal of Arts and Sciences, vol.15, nº1, 1974, p.1-13
- Tribault, J., "Reflexions sur le rôle actuel de la science", Economie et Politique, nº167, dec. 1967
- Tsuru, Shigeto, "Has capitalism changed?", in ..Tsuru (ed.) Has Capitalism changed?, Iwanami Shoten Publishers, Tokyo 1961, p.1-66
- User, Michael, "Government patronage of science and art in America", in Richard A. Peterson (ed.) The Production of Culture, Sage Publications, Beverly Hills, 1976
- Unstead, J.F., A World Survey from the human aspect, 1950, cité par Shinzo Kiuchi

Santos, Milton, "O Espaço Geográfico como categoria filosófica"
Anais 5º Encontro Nacional de Geógrafos, 1982, Contribuições Científicas, Porto Alegre, 1983, pp. 41-53

- Van Paassen, Chr. The Classical Tradition of Geography, Groningen 1957
- Von Lane, Theodore, The Global City, Lipincot, Philadelphia, 1969
- Voropay, L.I., "Levels and stages in the process of geographical cognition", Soviet Geography: Review and Translations, vol.XIX, n.º9, nov. 1976, pp.616-617
- Whitehead, A.N., Modes of Thought, MacMillan, London, 1938
- Wulfov, "The world-economy and the institutionalization of science in seventeenth-century Europe", in Albert Bergensen, Studies of the Modern World-System, Academic Press, N.York, 1980, pp.25-55

EPISTEMOLOGIA E GEOGRAFIA (versão preliminar)

Antonio Carlos Robert Moraes

As palavras de Mario de Andrade em seu "testamento" se adequam, perfeitamente, à situação vivenciada pelos geógrafos críticos na atualidade. Diz o autor de Macunaima: "O meu passado não é mais meu companheiro. Eu desconfio do meu passado.(...) Se de alguma coisa pode valer o meu desgosto, a insatisfação que eu me causo, que os outros não sentem assim na beira do caminho, espiando a multidão passar. Façam ou se recusem a fazer arte, ciência, ofícios. Mas não fiquem apenas nisto, espões da vida, camuflados em técnicos da vida, espiando a multidão passar. Marchem com as multidões"(1). Essa angustia de ver a história passar ao largo, de se sentir descolado da praxis, de não ver espelhados em seu trabalho os problemas e as aspirações da sociedade, aflora com intensidade para os geógrafos conscientes e progressistas. Tal inquietação está no cerne da crise do pensamento geográfico tradicional. O que é nosso passado senão uma tradição teórica embasada, quase que exclusivamente, numa concepção positivista de mundo? O que foi nos sa prática senão uma tecnologia, de compreensão e intervenção no espaço terrestre, a serviço das classes dominantes e dos Estados? Sim, eu também desconfio do meu passado, não o sinto meu companheiro.

Esse passado, entretanto, não pode ser simplesmente encaminhado para os arquivos do tempo ou para a lata de lixo da história. Sua efetiva superação demanda compreender os meândros ideológicos pelos quais